Comentário de Desempenho 2T2024



SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento ("Cielo" ou "Companhia") e de suas controladas (denominadas em conjunto "Consolidado" ou "Grupo Cielo"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como "COSIF".

As Demonstrações Contábeis Intermediárias contemplaram os saldos das contas da Cielo, das controladas diretas e indiretas: Cateno, Servinet, Aliança, Paggo, Stelo e Cielo USA; e dos Fundos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (FICs). A apresentação gerencial denominada "Cielo Brasil" representa os resultados das empresas Cielo, Stelo, Aliança, Servinet e FIDCs estruturados pela Companhia.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias, os ativos e passivos da controlada no exterior, originalmente denominados em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Cielo foram eliminadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma.

Conforme facultado na Instrução Normativa BCB nº 236/22, a Cielo optou por manter a apresentação do Comentário de Desempenho baseado nas Demonstrações Contábeis Intermediárias preparadas em COSIF de maneira consistente com as divulgações de trimestres anteriores.



A administração da Cielo tem a satisfação de apresentar as demonstrações contábeis e o resultado do primeiro semestre de 2024.

CONTEXTO DE MERCADO

Observamos um arrefecimento da atividade do varejo brasileiro medida pelo ICVA – O Índice Cielo do Varejo Ampliado – que indicou retração nos meses de janeiro, março, abril e junho. Já descontada a inflação, o resultado do primeiro semestre reflete uma queda de 0,7% nas vendas do varejo em relação ao mesmo período de 2023.

Cabe menção à situação do Rio Grande do Sul, onde os impactos gerados pelos eventos climáticos no Estado afetaram diretamente estabelecimentos comerciais, famílias e o consumo. Nesse cenário, a Cielo beneficiou seus clientes com ações de apoio. Dentre elas a isenção de aluguéis e taxas de antecipação de recebíveis. Isso permitiu a redução de custos e proporcionou acesso a recursos de caixa em um momento de incerteza. Tal movimento evidencia o elo da Cielo com o país e, em especial, com o varejo brasileiro.

Na indústria de cartões, os volumes transacionados mostram resiliência e seguem em expansão, resultado do aumento da penetração de cartões no consumo. Entretanto, com a penetração de cartões sobre o consumo das famílias no Brasil já se comparando a patamares de mercados maduros, o ritmo de crescimento da indústria passa naturalmente por período de desaceleração.

RESULTADOS

A Cielo encontra-se em intenso ciclo de investimentos em sua agenda de transformação do negócio, buscando criar novas capacidades e alcançar novas fronteiras de eficiência e geração de valor.

Os investimentos no #PraCimaCielo continuam direcionando o processo de transformação da Companhia. O programa já começa a trazer resultados, principalmente, na qualidade dos serviços prestados e em novas oportunidades de eficiência operacional. Na Cielo Brasil, nosso negócio principal de adquirência, a relação entre gastos totais e volume capturado ("cost yield") apresentou melhora ao longo do primeiro semestre, com uma redução de 6bps no cost yield nos meses de maio e junho quando comparados aos demais meses de 2024.

Em outra frente estratégica, o resultado financeiro continua em constante evolução, impactado positivamente pelas iniciativas de otimização de ativos e passivos, bem como a rentabilização das operações de antecipação de recebíveis, gerando ganhos de R\$ 244 milhões quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Impulsionado pelo resultado financeiro e por maior eficiência tributária, o resultado recorrente da Cielo Brasil cresceu 1,5% ante o primeiro semestre de 2023, mesmo diante de maiores gastos com a transformação da Companhia.

O resultado consolidado totalizou R\$ 889 milhões no primeiro semestre do ano, com retorno sobre o patrimônio líquido médio – visão *cash basis* – de 17%.

TRANSFORMAÇÃO

O programa de transformação #PraCimaCielo surgiu como resposta aos desafios e oportunidades que a Companhia enfrenta em um cenário de constante evolução e mudança. Ele foi concebido com o objetivo de impulsionar a Companhia para um novo patamar de excelência operacional, fortalecendo a sua capacidade de inovação e adaptação. Uma das principais vertentes do programa é o foco na criação de cultura organizacional que promova a inovação, o trabalho em equipe e a busca constante por melhorias.

Ao longo de sua implementação, o #PraCimaCielo tem desempenhado um papel crucial na transformação da Companhia, impulsionando avanços em áreas-chave, como aprimoramento da experiência do cliente, inovação em produtos e serviços, e a modernização de processos internos.

No primeiro semestre, realizamos avanços importantes no nosso objetivo de posicionar a Cielo como *best in class* em qualidade de serviços prestados. Destacamos a adoção cada vez maior de inteligência analítica para antecipar necessidades dos nossos clientes. As trocas de baterias de terminais, com o uso de modelos preditivos, tiveram um aumento de 62% em relação ao mesmo período do ano anterior, antecipando problemas antes que impactos sejam perceptíveis aos nossos clientes. Expandimos também, no primeiro semestre, a utilização do modelo preditivo para casos em que há a necessidade de troca de terminais. Dessa forma, evitamos outras situações que prejudicariam o desempenho dos dispositivos.

Como resultado do #PraCimaCielo, percebemos maior agilidade organizacional, que pode ser observada, por exemplo, nas áreas de Produtos e Tecnologia, com redução do tempo de lançamento de novas soluções ("time-to-market").

Destacamos a simplificação do processo de *onboarding* da nossa solução *tap on phone* ("Cielo Tap"), permitindo que empreendedores comecem a vender pelo celular em até cinco minutos.

Implementamos ainda o Recebimento Automático em D+1. Com a opção de receber em 1 dia útil, os empreendedores têm acesso mais rápido aos recursos gerados pelas vendas. Essa solução beneficia vários setores, como Mercearias, Supermercados, Postos de Gasolina, Restaurantes, Vestuário e Drogarias.

VALORES, SUSTENTABILIDADE E CULTURA ORGANIZACIONAL

A Cielo segue com seu compromisso e objetivo de geração de valor por meio da conciliação entre o sucesso do seu negócio no longo prazo e a promoção do desenvolvimento econômico, a construção de uma sociedade justa e a conservação do meio ambiente. Esse compromisso é estabelecido em bases sólidas e reforça os laços com os nossos colaboradores e com as melhores práticas de governança.

Cabe lembrar que a Companhia compõe a carteira IDIVERSA B3, indicador que avalia o desempenho das ações de empresas que se destacam na promoção da diversidade de gênero e raça, e foi destaque na pesquisa do *Great Place to Work* ("GPTW"), reconhecida com o selo de melhores empresas para se trabalhar em sua categoria, sendo que em 2023 foi prestigiada no *Ranking* Mulheres, endossando o comprometimento com uma cultura inclusiva. Destaque para o crescimento da participação feminina na alta administração da Companhia, com mulheres já representando 44% da composição de sua Diretoria Executiva e 25% de seu Conselho de Administração.

Como citado anteriormente, a Cielo fomentou iniciativas de apoio ao Rio Grande do Sul. Nesse caso, além de incentivos financeiros para seus clientes, a Companhia disponibilizou canais exclusivos de atendimento, apoio psicológico e acolhimento para fornecer amparo frente à situação do Estado. Além disso, construindo soluções sólidas, a Companhia estruturou o Fundo de Impacto Social (Juntos Fazemos Acontecer), cujo objetivo é contribuir para a transformação social no Brasil e auxiliar em momentos de situações emergenciais.

As ações e reconhecimentos enfatizam e fortalecem o propósito da Cielo de impulsionar negócios para todos, de maneira sustentável, inclusiva e diversa. Assim, a Companhia contribui para o crescimento econômico e social de maneira duradoura.

OLHAR PARA O FUTURO

Seguimos comprometidos com o nosso planejamento estratégico e com o programa de transformação da Companhia. Estamos cientes dos desafios impostos pelo dinâmico e competitivo mercado de pagamentos brasileiro, mas confiantes nas pessoas que compõem o time Cielo e nas oportunidades que enxergamos à frente. Seguimos empenhados no propósito de construir uma empresa cada vez melhor para o varejo brasileiro e agradecemos toda a dedicação do nosso time e a confiança dos nossos clientes, acionistas e parceiros.

Por fim, após o encerramento do semestre, divulgamos fato relevante, comunicando a publicação do edital da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) lançada pelos controladores da Companhia, que poderá resultar na saída do Novo Mercado e na sua deslistagem, com alteração do seu registro de emissor na CVM da Categoria "A" para "B". A administração segue comprometida em prestar ao mercado todas as informações relevantes sobre o tema.

RECONHECIMENTOS

Top 3 em duas categorias do Prêmio Melhores Práticas de Diversidade: realizado pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial em parceria com a Câmara Alemã e apoiado por diversas instituições, o prêmio é considerado o maior movimento para a promoção da equidade racial na América Latina e destaca as empresas que implementam práticas e ações efetivas em prol da diversidade e inclusão no ambiente corporativo. A Cielo foi Top 3 nas categorias Recrutamento & Seleção (case do Programa Bootcamp PcD Tech) e Engajamento da Cadeia de Valor (case de Auditoria ESG).

Ranking Mulheres do *Great Place to Work* (GPTW): neste *ranking*, a GPTW destaca as empresas que estão comprometidas em ter uma cultura corporativa diversa e inclusiva. O reconhecimento, referente ao ano de 2023, endossa o compromisso da Cielo com a equidade de gênero, alavancando o potencial de todas as mulheres na Companhia.

Customer Excellence Awards: case de implantação da solução de *Supply Chain Digital* na Logística da Cielo foi reconhecido em 1º lugar na categoria Gestão da Cadeia de Suprimentos, da 2ª edição do *Customer Excellence Awards*, promovido pela SAP.

Marcas Brasileiras Mais Valiosas: a Cielo figura na 19ª posição entre as marcas brasileiras mais valiosas na edição 23/24 do *ranking* promovido pela *Interbrand*.

DESEMPENHO OPERACIONAL 2T24

VOLUME FINANCEIRO DAS TRANSAÇÕES

No 2T24 o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 198,9 bilhões, uma redução de 0,6% ou R\$ 1,1 bilhão em comparação ao 1T24 e um aumento de 1,6% ou R\$ 3,1 bilhões em relação ao 2T23.

Especificamente com cartões de crédito (à vista e parcelado), o volume financeiro totalizou R\$ 127,2 bilhões no 2T24, em linha com o 1T24 e com um aumento de 5,2% em relação ao 2T23. Na modalidade débito, o volume financeiro totalizou R\$ 71,7 bilhões no 2T24, uma redução de 1,4% em comparação ao 1T24 e uma redução de 4,3% em relação ao 2T23.

Adicionalmente, a Cielo capturou 1,9 bilhão de transações no 2T24, em linha com o 1T24 e com o 2T23.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 2.479,1 milhões no 2T24, representando uma redução de 3,3% ou R\$ 84,1 milhões em relação ao 1T24.

O principal impacto da receita líquida está relacionado ao mix de produtos e clientes, impactando na Cielo, a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, compensado parcialmente pelo crescimento da receita líquida da Cateno, que está diretamente ligada ao aumento do volume transacionado e mix de produtos, impactando a receita de intercâmbio do Arranjo Ourocard.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 1.437,3 milhões no 2T24, representando um aumento de R\$ 26,1 milhões, ou 1,8% em comparação ao 1T24. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$ 27,2 milhões ou 9,9% nos **custos vinculados aos equipamentos e outros custos**, que decorre principalmente do reflexo na linha de manutenção relacionadas aos terminais de captura;
- (ii) Aumento de R\$ 23,6 milhões ou 3,8% nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, relacionado principalmente aos custos com *fee* de bandeiras; e
- (iii) Redução de R\$ 24,7 milhões ou 4,8% nos **custos relacionados à captura, processamento e liquidação de transação da Cielo,** principalmente nos custos com *fee* de bandeiras, decorrente da menor volumetria e menores gastos com central de atendimento.



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 534,2 milhões no 2T24, apresentando uma redução de R\$ 88,9 milhões, quando comparadas com os R\$ 623,1 milhões no 1T24. A redução decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas com pessoal - Redução de R\$ 26,1 milhões ou 7,2% para R\$ 336,8 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 362,9 milhões no 1T24. A redução está substancialmente relacionada ao ganho de eficiência operacional;

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação – Aumento de R\$ 1,4 milhão ou 1,4% para R\$ 104,4 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 103,0 milhões no 1T24. Em linha com o trimestre anterior;

Despesas de vendas e marketing – Aumento de R\$ 10,7 milhões ou 32,3% para R\$ 43,8 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 33,1 milhões no 1T24. A variação decorre principalmente de maiores gastos com mídia, produção e veiculação no 2T24; e

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas – Redução de R\$ 74,9 milhões ou 60,4% para R\$ 49,2 milhões de despesas no 2T24 comparadas com os R\$ 124,1 milhões de despesas no 1T24. Essa variação está substancialmente relacionada ao aumento na expectativa do volume de perdas operacionais que ocorreu no 1T24.



RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 86,3 milhões positivos no 2T24, representando uma melhora de 130,1% ou R\$ 48,8 milhões em relação ao 1T24, que apresentou um resultado financeiro de R\$ 37,5 milhões. As principais variações no resultado financeiro foram:

Receitas financeiras – Redução de R\$ 21,4 milhões ou 30,1% para R\$ 49,7 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 71,1 milhões no 1T24, relacionado ao menor saldo médio aplicado e menor taxa média do CDI;

Despesas financeiras – Redução de R\$ 124,9 milhões ou 31,1% para R\$ 277,3 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 402,2 milhões no 1T24, relacionado substancialmente ao menor saldo médio captado e da remuneração das cotas de terceiros dos FIDCs, devido à otimização da estrutura de dívidas da Companhia;

Antecipação de recebíveis – Redução de R\$ 56,4 milhões ou 15,2% para R\$ 315,6 milhões no 2T24 comparados com os R\$ 372,0 milhões no 1T24, substancialmente relacionada à maior apropriação de receitas no 1T24; e

Variação cambial, líquida – Redução de R\$ 1,7 milhão ou 50,0% para R\$ 1,7 milhão de perda no 2T24, quando comparada com a perda de R\$ 3,4 milhões no 1T24. A variação está diretamente relacionada a exposições em moeda estrangeira.



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 2.479,1 milhões no 2T24, representando uma redução de 6,2% ou R\$ 162,9 milhões em relação ao 2T23.

O principal impacto da receita líquida está relacionado ao mix de produtos e clientes, impactando na Cielo, a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, compensado parcialmente pelo crescimento da receita líquida da Cateno, que está diretamente ligada ao aumento do volume transacionado e mix de produtos, impactando a receita de intercâmbio do Arranjo Ourocard.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 1.437,3 milhões no 2T24, representando um aumento de R\$ 41,3 milhões, ou 3,0% em comparação ao 2T23. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$ 85,0 milhões ou 15,2% nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno,** principalmente relacionado aos maiores custos com *embossing*, postagem de cartões e *fee* de bandeiras;
- (ii) Redução de R\$ 36,2 milhões ou 6,9% nos **custos relacionados à captura, processamento e liquidação de transação da Cielo** relacionada ao ganho de eficiência pela implementação de iniciativas para melhoria operacional; e
- (iii) Redução de R\$ 7,5 milhões ou 2,4% nos **custos vinculados aos equipamentos e outros custos** em relação ao 2T23, que decorre principalmente do reflexo nas linhas de depreciação e manutenção relacionadas aos terminais de captura.



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 534,2 milhões no 2T24, apresentando um aumento de R\$ 487,5 milhões quando comparadas com R\$ 46,7 milhões no 2T23. O aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Despesas com pessoal – Aumento de R\$ 35,4 milhões ou 11,7% para R\$ 336,8 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 301,4 milhões no 2T23. O acréscimo está substancialmente relacionado a maiores gastos devido à expansão do time comercial;

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação – Aumento de R\$ 11,3 milhões ou 12,1% para R\$ 104,4 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 93,1 milhões no 2T23. O acréscimo está relacionado aos gastos com diversas iniciativas que visam ao aprimoramento na qualidade dos serviços prestados e ao ganho de eficiência operacional;

Despesas de vendas e marketing – Aumento de R\$ 7,8 milhões ou 21,7% para R\$ 43,8 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 36,0 milhões no 2T23. A variação está relacionada ao aumento nos gastos com incentivos de vendas; e

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas – Variação de R\$ 433,0 milhões ou 112,8% para R\$ 49,2 milhões de despesas no 2T24 comparadas com os R\$ 383,8 milhões de receitas no 2T23. Decorre principalmente de evento não recorrente reconhecido no 2T23, devido a reversão da provisão do ISS Municipalidade, em função da finalização do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que pacificou entendimento e manteve a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) no município-sede da empresa prestadora e não nas cidades onde estão localizados os tomadores de serviços.



RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 86,3 milhões positivos no 2T24, representando uma variação de R\$ 135,6 milhões em relação ao 2T23, que apresentou um resultado negativo de R\$ 49,3 milhões. As principais variações no resultado financeiro são:

Receitas financeiras – Redução de R\$ 32,7 milhões ou 39,7% para R\$ 49,7 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 82,4 milhões no 2T23, relacionado ao menor saldo médio aplicado e menor taxa média do CDI;

Despesas financeiras – Redução de R\$ 225,3 milhões ou 44,8% para R\$ 277,3 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 502,6 milhões no 2T23, relacionado substancialmente ao menor saldo médio captado e da remuneração das cotas de terceiros dos FIDCs, devido à otimização da estrutura de dívidas da Companhia;

Antecipação de recebíveis – Redução de R\$ 62,3 milhões ou 16,5% para R\$ 315,6 milhões no 2T24 comparadas com os R\$ 377,9 milhões no 2T23, substancialmente relacionada ao menor volume de antecipações; e

Variação cambial, líquida – Variação de R\$ 5,3 milhões ou 75,7% para R\$ 1,7 milhão de perda no 2T24, quando comparada com a perda de R\$ 7,0 milhões ocorrida no 2T23. A variação está diretamente relacionada a exposições em moeda estrangeira.



A seguir, apresentamos a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis COSIF e IFRS. Foram comparados os saldos do patrimônio líquido de 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e o resultado consolidado dos trimestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

Em milhões R\$	Patrimôni	io Líquido	Lucro líquido - Trimestre		
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023	
Saldos em COSIF	20.297,0	22.308,3	460,1	825,0	
Participação de terceiros em Fundos de Investimento (a)	(5.228,6)	(7.346,0)	-	-	
Outros (b)	22,8	22,5	-	0,1	
Saldos em IFRS	15.091,2	14.984,8	460,1	825,1	

- (a) Participações de terceiros em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (FICs), anteriormente apresentadas no passivo circulante e não circulante, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/22 passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de "acionistas não controladores" em COSIF.
- (b) Composto por: i) ágios de Controladas não amortizados de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e ii) contratos de aluguéis prediais e lojas, registrados em IFRS como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial e amortizados de acordo com o período de duração dos contratos conforme a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos.



O EBITDA consolidado totalizou R\$ 727,0 milhões no 2T24, representando uma redução de 2,6% em comparação com o 1T24 e uma redução de 49,2% em relação ao 2T23, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	2T24	2T23	1T24
Lucro Líquido Cielo	385,6	708,5	503,1
Acionistas não controladores	74,5	116,5	75,5
Resultado Financeiro	(86,3)	49,4	(37,5)
Imposto de Renda e Contribuição Social	133,8	325,0	(12,2)
Depreciação e Amortização	219,4	231,2	217,8
EBITDA	727,0	1.430,6	746,7
% Margem EBITDA	29,3%	54,1%	29,1%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Cielo é acrescida a participação de acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.



POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, ao menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Ainda, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de juros sobre o capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado o pagamento dos juros sobre o capital próprio adicionais, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024.

INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Os valores dos investimentos e equivalência patrimonial das principais empresas do grupo estão demonstrados na tabela abaixo:

Empresas	Investi	mento	Equivalência Patrimonial		
(R\$ milhões)	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023	
Servinet	31,7	70,2	16,5	10,8	
Cielo USA	3,6	3,6	(0,5)	(0,5)	
Cateno	6.325,3	6.308,2	349,9	469,2	
Stelo	364,3	314,1	50,2	46,1	
Aliança	6,2	6,1	-	0,2	



RECURSOS HUMANOS

A Estratégia da Gestão de Recursos Humanos tem o objetivo de impulsionar a jornada do nosso time, gerando orgulho de pertencer e valor sustentável ao negócio, garantindo a geração de valor para os acionistas, para o nosso time e demais pessoas envolvidas na operação da Companhia. Essa geração de valor se dá por meio do alinhamento dos interesses dos *stakeholders*, da busca pela sustentabilidade do negócio e por meio da ótima gestão do capital humano envolvido na operação da Companhia.

Acompanhamos as transformações focadas no presente, com o olhar para o futuro, impulsionando a mudança de dentro para fora pelo nosso jeito de ser e fazer, engajando as pessoas colaboradoras e oferecendo aos nossos clientes internos e externos um serviço de excelência. Fazemos isso por meio da nossa Cultura e do nosso propósito de simplificar e impulsionar negócios para todas as pessoas, de modo que impacte positivamente a vida de cada pessoa colaboradora da Cielo. Isso ocorre por meio das nossas competências:

- 1. Empatia Assertiva: nos preocupamos de maneira genuína uns com os outros, nos interessamos em saber das dificuldades, dos contextos e do dia a dia das pessoas com quem nos relacionamos sejam colegas, parceiros, clientes e fornecedores. Exercemos a empatia assertiva por meio do feedback rápido, claro, direto e sincero, sempre de maneira construtiva, pois sabemos que assim fazemos a diferença na vida uns dos outros.
- 2. Ambição Transformadora: nos desafiamos em nossas entregas, temos um olhar de aprendizagem em toda a jornada e entregamos mais e melhor. Nos inspiramos nos melhores e desenvolvemos ações que transformam de maneira positiva nosso dia a dia, das nossas pessoas colaboradoras e clientes. Entregamos nosso máximo, trabalhamos em equipe, pois sabemos que juntos chegamos nos melhores resultados.
- 3. Senso de Dono: somos proativos, preocupados, inquietos e responsáveis pelas resoluções dos problemas, comprometidos com os resultados e em busca por excelência. Temos uma postura flexível e construtiva, pois acreditamos que assim encontramos a melhor solução para o time Cielo e para os nossos clientes. Como donos, realizamos ou pedimos ajuda muito antes da expectativa de entrega.
- 4. Colaboração: somos um time que entende os principais objetivos da Companhia e atua em conjunto para obtê-los. Acreditamos na força do trabalho em equipe, nos apoiamos, acolhemos uns aos outros para construirmos soluções inovadoras e irmos mais longe. Confiança é a base do nosso relacionamento com todos os parceiros na cadeia de valor, e nos permite buscar conflitos positivos, com um total comprometimento com as decisões tomadas.



5. Senso de Urgência: sabemos estabelecer quais são nossas prioridades. Planejamos todas as nossas entregas com agilidade, colaboração e foco no cliente. Assumimos riscos inerentes ao negócio, e adotamos medidas para minimizá-los ou até eliminá-los, considerando a geração de valor para os clientes e para a Companhia. Além disso, sabemos que não vamos acertar sempre, mas rapidamente ajustamos a rota e acreditamos que todas as iniciativas servem de aprendizado.

A Cielo se importa com a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas que formam o Time Cielo, por isso, por meio do Programa "De Bem com a Vida" viabilizamos diversas iniciativas para promover uma gestão de saúde integrada, um ambiente saudável e emocionalmente seguro. O De Bem com a Vida é organizado em três pilares, sendo eles: Saúde em Equilíbrio, Sempre em Movimento e Facilidades para Você. A partir dessa organização temos iniciativas voltadas para a Saúde, Nutrição, Gestação e Parentalidade, Atividade Física, Lazer, Cultura, Parcerias e Eventos. Faz gestão também de uma Comunidade de Saúde Mental e um grupo de afinidade em Saúde Mental, para o fortalecimento e promoção da nossa cultura em Saúde e Segurança Emocional.

Muitas iniciativas são estendidas aos dependentes dos colaboradores, como por exemplo: atendimento emocional, apoio e orientação pessoal, vacinação, rodas de conversas, *Wellhub*, Olimpíadas – Campeonato esportivo. O programa é reconhecido pelos colaboradores, com favorabilidade de 88,8% na pesquisa interna de Experiência do Colaborador.

Muito mais do que políticas e práticas, construímos todos os dias um ambiente onde cada pessoa se sinta valorizada, respeitada e capacitada. Somos um time que cuida e acolhe todas as pessoas.

Ao final de junho de 2024, a organização contava com 6.471 pessoas colaboradoras e 184 estagiários.

DESTAQUE RECURSOS HUMANOS



GPTW: Renovação do selo da GPTW, conquista obtida através dos prérequisitos.

As ações da Cielo com foco na promoção do desenvolvimento sustentável são norteadas pela Política de Sustentabilidade, a qual orienta a Companhia para a implementação de uma agenda de práticas ambientais, sociais e de governança (ASG em português e ESG – *Environmental, Social and Governance* em inglês, sigla comumente utilizada).

A implementação dessa agenda tem como propósito compatibilizar o sucesso do negócio a longo prazo e a construção de uma sociedade justa, o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, por meio da geração de valor compartilhado.

Para estruturar o atingimento desses compromissos, a Cielo estabeleceu um Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, aprovado pela Diretoria Executiva e em linha com a Estratégia da Companhia, que estabelece 8 objetivos estratégicos de sustentabilidade distribuídos em 4 pilares, sendo eles:

- Estratégia e Engajamento em ESG;
- Gestão de Riscos e Oportunidades de ESG;
- Diversidade, Equidade, Inclusão e Impacto; e
- Ecoeficiência e Mudanças Climáticas.

Os objetivos estratégicos de sustentabilidade se desdobram em ações ligadas a diferentes frentes da Companhia, sejam com impactos que gerem mudanças nas operações, sejam em oportunidades de geração de valor compartilhado pelo modelo de negócio, ou ainda em sua atuação social para transformação do contexto em que o negócio opera.

A execução do planejamento é acompanhada pela Vice-Presidência Executiva de Gente, Gestão e Performance, com reporte à Diretoria Executiva, e apoiada pelo Fórum Executivo para acompanhamento dos temas relacionados a aspectos ambientais, sociais e de governança. Além disso, sua evolução é acompanhada periodicamente pelo Comitê de Sustentabilidade, que reporta seu progresso ao Conselho de Administração.

Cabe destacar a Estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão, estruturada visando incorporar a prática e promoção do tema na representatividade e na cultura da Companhia, em linha com os atributos culturais necessários para alavancar o negócio. Assim, foram estabelecidos 6 compromissos que contemplam aspectos ligados à identidade de gênero, raça e etnia, deficiência e LGBTQIAPN+.

Através do Fórum de Diversidade, coordenado pelo CEO, realizamos a discussão de temas relacionados para assessorar a Diretoria Executiva na tomada de decisão.

A Companhia conta com 4 Grupos de Afinidade - espaços seguros para discutir sobre Diversidade e Inclusão e gerar iniciativas de transformação, sendo eles:



(i) "Somos Todos Um", voltado à inclusão de pessoas com deficiências; (ii) "Blue To Black", voltado às pautas étnico-raciais; (iii) "Prisma" voltado à inclusão da comunidade LGBTQIAPN+; e (iv) o "Além do Gênero", voltado à equidade de gênero.

No primeiro trimestre de 2022, a Cielo anunciou metas de representatividade que objetivavam tornar o quadro de colaboradores mais diverso e representativo. As metas foram aprovadas no âmbito do Conselho de Administração e até 2025, o número de mulheres no quadro geral deverá representar 45% do total, enquanto 42% dos cargos de liderança deverão ser ocupados por mulheres. Além disso, os profissionais negros e indígenas deverão corresponder a 35% do efetivo, ao passo que 22% dos cargos das lideranças deverão ser ocupados por profissionais negros e indígenas.

A Cielo possui uma Estratégia Climática, que orienta as ações quanto à governança climática, gestão de riscos e oportunidades, contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), metas e engajamento com a cadeia de valor. Cabe destacar que nossa taxonomia para a gestão de riscos climáticos está alinhada com as recomendações da *Task Force on Climate related Financial Disclosures* (TCFD), iniciativa que busca a elaboração e implementação de recomendações para a divulgação e análise de riscos e oportunidades relacionadas às questões climáticas.

Ainda, os aspectos e impactos ambientais de nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO 14001. As emissões residuais de GEE de escopo 1 e 2 são compensadas através de créditos de carbono de projetos que evitam a emissão de gases de efeito estufa a partir de ações voltadas para a conservação florestal e/ou eficiência energética.

Anualmente, a Cielo publica seu Relatório Integrado, instrumento pelo qual apresenta informações sobre a performance e os impactos de seu modelo de negócio, estruturando as informações financeiras em sinergia com os aspectos ambientais, sociais e de governança. A publicação oferece uma ampla visão estratégica da Cielo, seu modelo de negócio e geração de valor e está disponível em https://www.cielo.com.br/sustentabilidade/central-de-downloads/.

PRINCIPAIS INICIATIVAS DE ESG

Publicação do **Relatório Anual Integrado 2023**. Nesta edição, o documento conta com dois cadernos, que funcionam de maneira inter-relacionada:



- Caderno Principal: traz a visão estratégica e sintética dos processos de criação de valor da empresa.
- Caderno Complementar: apresenta um mapa com os principais indicadores ESG e os sumários GRI e SASB.

Saiba mais em https://blog.cielo.com.br/institucional/relatorio-anual-integrado-23/.



Através do programa **Impulsiona Cielo**, uma iniciativa de impacto social focada na educação empreendedora, 11 negócios de afroempreendedoras no segmento de alimentação foram acelerados pela Cielo.

A governança corporativa é um valor para a Cielo, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para sua performance sustentável. Para tanto, a Cielo adota, de maneira voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o melhor interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e a criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio: (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Área de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e os comitês/fóruns de assessoramento da Cielo e de suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Executiva, de maneira colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e de Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) do fluxo de informações de maneira segura e monitorável através do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses ("Política TPR"); e (i) da existência do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Cielo, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Cielo e publicamente divulgado em seu site de Relações com Investidores.

Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu sua Política TPR, que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvessem potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa e de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.



Com relação às transações com partes relacionadas, devem ser observadas as alçadas, regras e procedimentos previstos na Política de TPR, no Estatuto Social e na legislação aplicável.

As transações são instruídas com a documentação que demonstra que a respectiva transação será realizada no melhor interesse da Companhia e em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais que tenham sido efetivamente obtidas de terceiros independentes e pesquisas de mercado sobre preços e outras condições em operações similares). Não obstante o envio desta documentação, poderão ainda ser apresentados estudos, relatórios e/ou laudos de avaliação independente elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na TPR, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros, a respeito da comutatividade dos termos da transação.

Caso a aprovação da transação seja de alçada do Conselho de Administração da Cielo, o Comitê de Governança Corporativa avaliará a documentação acima mencionada e recomendará, ou não, o tema para deliberação do Conselho de Administração.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa e o Conselho de Administração, quando convocados para avaliar e/ou aprovar propostas de transações com partes relacionadas realizadas entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, serão compostos por todos os conselheiros independentes, devendo os referidos conselheiros serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros *ad hoc* do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros que não estiverem conflitados.

Ademais, uma pessoa em posição de conflito (i) a priori, não participará das reuniões ou (ii) se estiver presente em razão de outros assuntos pautados, deverá se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre negociar, avaliar, opinar ou de qualquer outra forma participar ou influenciar na condução ou aprovação da respectiva matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, a pessoa conflitada poderá participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com mais informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive e sobretudo do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou do Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s)



pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não estiver(em) em posição de conflito quando a matéria que for objeto de deliberação se referir à questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, deverá ser composto por no mínimo 07 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, os quais não exercem função executiva na Cielo, sendo 04 (quatro) membros considerados independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia, da mesma forma que os demais conselheiros, e de seus acionistas não controladores. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Cielo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Executiva da Cielo é composta por, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros e exerce a administração geral da Cielo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 06 (seis) Comitês de Assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria Executiva possui 08 (oito) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Environmental, Social and Governance ("ESG"), Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Diversidade, Fórum de Produtos, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Prevenção à Fraude e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, sendo, dentre os membros titulares, 04 (quatro) membros indicados pelos acionistas controladores e 01 (um) membro indicado pelos acionistas não controladores.

AGRADECIMENTOS

Motivados pelo que conquistamos nos períodos anteriores, mantemo-nos cientes dos desafios e oportunidades que se apresentam no mercado de pagamentos e empenhados no propósito de construir uma empresa cada vez melhor.

Agradecemos toda a dedicação do nosso time e a confiança de nossos clientes, acionistas e parceiros.

Informamos que, durante o segundo trimestre de 2024, o Grupo Cielo contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da Cielo na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa até 31 de dezembro de 2024, que consiste: (i) na asseguração limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança apresentadas no Relatório Anual Integrado de 2023; e (ii) na asseguração limitada da Emissões de Gases de Efeito Estufa de 2023. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da Companhia, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações contábeis, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante desses serviços, em conjunto, totaliza R\$ 126,6 mil e representa cerca de 6,4% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis do Grupo Cielo no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024. Informações adicionais sobre honorários de auditoria são disponibilizadas no Formulário de Referência.



Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2024 e relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis (*IFRS*)

Índice

Rel	latório dos auditores independentes sobre as Demonstraç	ções
Co	ntábeis	2
Bal	lanços patrimoniais	4
De	monstrações de resultados	5
	monstrações de resultados abrangentes	
De	monstrações das mutações do patrimônio líquido	7
	monstrações dos fluxos de caixa	
De	monstrações do valor adicionado	9
1	Contexto operacional	
2	Informações materiais da política contábil	
3	Demonstrações Contábeis Consolidadas	
4	Caixa e equivalentes de caixa	
5	Instrumentos financeiros	
6	Fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs")	
7	Contas a receber operacionais	
8	Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos	
9	Imobilizado	
10	Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar	
]]	Intangível	
12	Contas a pagar a clientes	
13	Empréstimos e financiamentos	
14	Outras obrigações	
15	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
16	Patrimônio líquido	
17	Lucro líquido por ação	
18	Receita líquida	
19	Gastos por natureza	
20	Compromissos	
21	Benefícios a empregados Participação de colaboradores e administradores no resultado	
22	Remuneração de Administradores e Conselho Fiscal	
	Plano de ações restritas	
	Resultado financeiro	
	Gestão de riscos	
	Transações e saldos com partes relacionadas	
	Informações por segmento de negócio	
	Itens que não afetam o caixa	
	Cobertura de seguros	
	Aprovação das Demonstrações Contábeis	
	Eventos subsequentes	



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento Barueri - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 01 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP027685/O-0 F-SP

Gustavo Mendes Bonini CRC 1SP296875/O-4

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Balanços patrimoniais levantados em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.039.298	1.254.164	Passivos financeiros		79.877.711	82.957.153
Ativos financeiros		86.853.168	94.501.575	Contas a pagar a clientes	12	74.078.911	75.480.752
Contas a receber operacionais	7	85.877.731	93.509.519	Contas a pagar com partes relacionadas 27		468.834	464.250
Contas a receber de partes relacionadas	27	898.017	921.146	Empréstimos e financiamentos	13	613.787	4.732.526
Outros valores a receber	7	77.420	70.910	Fornecedores		141.298	199.317
Despesas pagas antecipadamente		272.519	168.808	Obrigações com cotas senior FIDC	6	4.568.757	2.073.915
Impostos antecipados e a recuperar		1.101.399	828.577	Arrendamentos a pagar	10	6.124	6.393
Total do ativo circulante		89.266.384	96.753.124	Outras obrigações	14	723.294	767.648
				Impostos e contribuições a pagar	8	185.601	235.953
				Dividendos a pagar		390.999	154.100
				Total do passivo circulante		81.177.605	84.114.854
Não circulante				Não circulante			
Ativos financeiros		186.117	196.797	Passivos financeiros		3.678.850	8.290.995
Instrumentos financeiros	5	172.952	180.164	Empréstimos e financiamentos	13	2.998.808	2.998.405
Outros valores a receber	7	13.165	16.633	Obrigações com cotas sênior FIDC	6	623.595	5.201.973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.274.450	1.113.737	Obrigações com cotas de fundos de investimento		36.251	70.110
Depósitos judiciais	15	80.544	70.741	Arrendamentos a pagar	10	20.196	20.507
Imobilizado	9	853.617	816.739	Outras obrigações	14	85.473	65.270
Bens de direito de uso	10	21.543	21.719	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	315.409	326.229
Intangível	11	8.665.947	8.809.343	Total do passivo não circulante		4.079.732	8.682.494
Total do ativo não circulante		11.082.218	11.029.076				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	5.700.000	5.700.000
				Reserva de capital	16	47.938	62.205
				Ações em tesouraria	16	(69.704)	(94.989)
				Outros resultados abrangentes	16	497.498	497.389
				Reservas de lucros	16	6.204.694	6.116.754
				Atribuído a:			
				Participação de acionistas controladores		12.380.426	12.281.359
				Acionistas não controladores		2.710.839	2.703.493
				Total do patrimônio líquido		15.091.265	14.984.852
Total do ativo		100.348.602	107.782.200	Total do passivo e patrimônio líquido		100.348.602	107.782.200

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do resultado Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Trimestre		Semestre		
	explicativa	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	
Receita líquida	18	2.479.117	2.642.077	5.042.341	5.211.895	
Custo dos serviços prestados	19	(1.437.292)	(1.395.951)	(2.848.527)	(2.804.840)	
Lucro bruto		1.041.825	1.246.126	2.193.814	2.407.055	
Receitas (despesas) operacionais						
Pessoal	19	(336.794)	(301.374)	(699.675)	(563.308)	
Gerais e administrativas	19	(103.991)	(92.596)	(207.107)	(157.098)	
Vendas e marketing	19	(43.827)	(36.044)	(76.945)	(48.654)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(49.153)	383.762	(173.243)	321.742	
Lucro operacional		508.060	1.199.874	1.036.844	1.959.737	
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	25	49.734	82.362	120.790	181.649	
Despesas financeiras	25	(277.694)	(503.049)	(679.511)	(1.027.299)	
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	25	315.556	377.905	687.551	740.075	
Variação cambial, líquida	25	(1.695)	(7.005)	(5.058)	(15.270)	
		85.901	(49.787)	123.772	(120.845)	
Lucro operacional antes do imposto de						
renda e da contribuição social		593.961	1.150.087	1.160.616	1.838.892	
Imposto de renda e contribuição social						
Correntes	8	(145.438)	(110.626)	(282.418)	(310.755)	
Diferidos	8	11.561	(214.386)	160.712	(177.994)	
Lucro líquido do período		460.084	825.075	1.038.910	1.350.143	
Atribuído a:						
Acionistas controladores		385.606	708.563	888.939	1.149.058	
Acionistas não controladores		74.478	116.512	149.971	201.085	
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	17	0,14295	0,26275	0,32974	0,42641	
Edelo liquido poi ação (etti ka) - basico			0,20273		<u></u>	
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	17	0,14218	0,26079	0,32797	0,42323	

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	Trime	stre	Semestre		
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	
Lucro líquido do período	460.084	825.075	1.038.910	1.350.143	
Itens que podem ser reclassificados para o resultado					
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:					
Variação cambial sobre investimentos no exterior	378	(215)	494	(331)	
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(80)	-	(550)	-	
Movimentações do período	298	(215)	(56)	(331)	
Resultado abrangente total	460.382	824.860	1.038.854	1.349.812	
Atribuído a:					
Acionistas controladores	385.904	708.348	889.048	1.148.727	
Acionistas não controladores	74.478	116.512	149.806	201.085	

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2022	
Aquisição de ações em tesouraria	
Ações restritas outorgadas	
Transferência de ações em tesouraria pelo período de ações	
Lucro líquido do período	
Destinação sobre o lucro líquido do período:	
Juros sobre o capital próprio proposto	
Juros sobre o capital pagos	
Outros resultados abrangentes:	
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	
Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	
Saldos em 30 de junho de 2023	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	
Ações restritas outorgadas	
Transferência de ações em tesouraria pelo período de ações	
Juros sobre o capital próprio adicionais	
Lucro líquido do período	
Destinação sobre o lucro líquido do período:	
Juros sobre o capital próprio proposto	
Outros resultados abrangentes:	
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas

Saldos em 30 de junho de 2024

				Re	servas de lucro	s				
_	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Retenção de lucros	Outros Resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	5.700.000	74.520	(113.605)	1.140.000	3.653.904	_	496.015	10.950.834	2.865.938	13.816.772
-	-		(30.842)					(30.842)		(30.842)
	-	21.988	-	-	-	-	-	21.988	-	21.988
	-	(32.322)	32.322	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	1.149.058	-	1.149.058	201.085	1.350.143
	-	-	-	-	-	(196.970)	-	(196.970)	-	(196.970)
	-	-	-	-	-	(196.210)	-	(196.210)	-	(196.210)
	-	-	-	-	-	-	(331)	(331)	-	(331)
_									(247.810)	(247.810)
=	5.700.000	64.186	(112.125)	1.140.000	3.653.904	755.878	495.684	11.697.527	2.819.213	14.516.740
	5.700.000	62.205	(94.989)	1.140.000	4.976.754	_	497.389	12.281.359	2.703.493	14.984.852
24	-	11.018	-	-	_	-	-	11.018	-	11.018
24	-	(25.285)	25.285	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	(410.000)	-	-	(410.000)	-	(410.000)
	-	-	-	-	-	888.939	-	888.939	149.971	1.038.910
	-	-	-	-	-	(390.999)	-	(390.999)	-	(390.999)
	-	-	-	-	-	-	494	494	-	494
	-	-	-	-	-	-	(385)	(385)	(165)	(550)
	-	-	-	-	-	-	-	-	(142.460)	(142.460)
_	5.700.000	47.938	(69.704)	1.140.000	4.566.754	497.940	497.498	12.380.426	2.710.839	15.091.265

7

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

	Nota		
	explicativa	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.160.616	1.838.892
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	0.10 0.11	//0702	/ (0.720
Depreciações e amortizações Baixas e provisões/(reversões) para perdas de imobilizado e intangível	9, 10 e 11 9, 10 e 11	440.392 38.551	469.729 (113)
Ações restritas outorgadas	24	11.018	21.988
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	19	116.505	94.270
Provisão líquida para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		20.118	(352.147)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	257.156	454.271
Amortização de custos de emissão de dívidas	13 10	614 724	849 799
Despesa financeira sobre arrendamento	10	724	799
Redução/(aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacionais		7.515.283	11.019.937
Contas a receber com partes relacionadas		23.129	13.851
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(160.713)	177.944
Impostos antecipados e a recuperar		(272.822) (9.803)	(39.129) 330
Depósitos judiciais Outros valores a receber		(3.042)	(11.138)
Despesas pagas antecipadamente		(103.711)	(38.584)
Instrumentos financeiros		7.212	(5.407)
(Dadua ~ a)/aumanta naa naaiwaa anaraianaia			
(Redução)/aumento nos passivos operacionais: Fornecedores		(58.019)	(17.562)
Impostos e contribuições a pagar		58.719	(520.503)
Contas a pagar a clientes		(1.401.841)	(13.323.299)
Contas a pagar com partes relacionadas		4.584	98.967
Dividendos a pagar		177.047	376.005
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	15.a)	(30.938)	(44.080)
Arrendamentos a pagar		2.277	939
Outras obrigações		(200.526)	(324.404)
Caixa gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais	-	7.592.530	(107.595)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(230.777)	(277.220)
Caixa gerado nas/(aplicado em) atividades operacionais	-	7.361.753	(384.815)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de bens de direito de uso	10	(1.349)	(941)
Aquisições de imobilizado de uso	9	(231.724)	(113.971)
Aquisições de intangível	11 -	(139.176)	(95.883)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	-	(372.249)	(210.795)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Captação de empréstimos	13	9.744.118	1.170.000
Pagamento de principal de empréstimos	13	(13.845.397)	(431.277)
Juros pagos	13	(274.827)	(438.225)
Aumento de participação de terceiros no FIDC		361.031	516.675
Amortização de cotas de terceiros no FIDC		(2.444.567)	(517.029)
Aquisição de ações em tesouraria Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		- (741.147)	(30.842) (600.194)
Arrendamentos pagos	10	(3.581)	(4.468)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		(7.204.370)	(335.360)
	-		
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	=	(214.866)	(930.970)
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	4	1.039.298	951.896
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior Saldo inicial	4	5.201 1.254.164	307 1.882.866
	-		
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	=	(214.866)	(930.970)

Demonstrações consolidadas do valor adicionado Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 (*Em milhares de reais*)

	Nota		
	explicativa	30/06/2024	30/06/2023
		30,00,2021	
Receitas			
Vendas de serviços	18	5.706.223	5.913.202
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	19	(116.505)	(94.270)
		5.589.718	5.818.932
Insumos adquiridos de terceiros			
Gastos com serviços prestados		(2.281.563)	(2.232.454)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(294.220)	(215.372)
Outros gastos, líquidos		(19.462)	408.581
(Perda) recuperação na realização de ativos	19	(37.277)	7.431
		(2.632.522)	(2.031.814)
Valor adicionado bruto		2.957.196	3.787.118
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	(440.392)	(469.729)
Valor adicionado líquido produzido		2.516.804	3.317.389
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras, incluindo antecipação de recebíveis e variação cambial líquida		803.283	906.454
Valor adicionado total a distribuir		3.320.087	4.223.843
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		(730.210)	(590.936)
Remuneração Direta		(449.357)	(376.610)
Benefícios		(132.887)	(98.772)
FGTS		(34.511)	(27.317)
Participação de colaboradores e administradores no resultado	22	(113.455)	(88.237)
Impostos, taxas e contribuições		(873.343)	(1.258.571)
Federais		(770.445)	(1.132.690)
Estaduais		(97)	(10)
Municipais		(102.801)	(125.871)
Remuneração de capitais de terceiros		(677.624)	(1.024.192)
Aluguéis		(5.081)	(4.312)
Juros		(654.526)	(983.108)
Outras		(18.017)	(36.772)
Remuneração de capitais próprios		(1.038.910)	(1.350.144)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(123.609)	(420.849)
Dividendos e juros sobre o capital próprio do período		(417.361)	(196.970)
Retenção de lucros		(347.969)	(531.240)
Acionistas não controladores		(149.971)	(201.085)
Valor adicionado distribuído		(3.320.087)	(4.223.843)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia", "Grupo Cielo" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla "CIEL3", e junto com as suas subsidiárias integram os grupos Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia e Controladas em conjunto ("joint venture"), que junto à Cielo também são designadas como "Grupo Cielo" ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de adquirência, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Eventos significativos do semestre:

No semestre findo em 30 de junho de 2024, destacam-se os seguintes eventos:

- Em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024.
- Em 05 de fevereiro de 2024, foi comunicada a decisão dos controladores em proceder à conversão do registro de Companhia aberta da Cielo de categoria "A" para "B", com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Companhia ("OPA"). Os termos estão previstos no instrumento da OPA ("Edital") protocolado e divulgado nos termos da legislação aplicável. O preço ofertado inicialmente por cada ação objeto da oferta foi de R\$ 5,35.
- Em 06 de fevereiro de 2024, foi comunicado pelos acionistas controladores o pedido de registro da OPA perante a CVM e a B3 S.A. ("Pedido de Registro"). O Pedido de Registro foi instruído com o laudo de avaliação da Companhia, elaborado, por empresa avaliadora independente contratada pelos ofertantes.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que recebeu os pedidos formulados para convocação de Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor das ações ordinárias de emissão da Companhia.
- Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que em decorrência dos pedidos de convocação de Assembleia Especial, o processo de registro da Oferta perante a CVM foi suspenso desde o dia 21 de fevereiro de 2024.
- Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se nesta presente data e deliberou convocar a Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor justo das ações de emissão da Companhia para fins da Oferta.
- Em 20 de março de 2024, foi deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a liquidação antecipada do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissor I (FIDC Emissor I). As cotas sêniores foram liquidadas em 18 de março de 2024, na data de vencimento e as cotas subordinadas foram liquidadas em 20 de março de 2024.
- Em 02 de abril de 2024, a Companhia comunicou que recebeu os termos e condições estabelecidos na Carta Minoritários, que os Acionistas Minoritários se comprometeram a apoiar a Oferta, sob a condição, dentre outras, de que os Ofertantes se comprometam a elevar o preço por ação da Oferta para R\$ 5,60.
- Em 23 de abril de 2024, foi deliberada em Assembleia Especial de Acionistas a rejeição da realização de nova avaliação das ações de emissão da Companhia para fins da possível oferta pública de aquisição de ações visando à conversão de registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e à saída do Novo Mercado, cujo processo de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários tem seu curso então retomado. Dessa forma, resta verificada uma das condições suspensivas da obrigação assumida pelos Ofertantes de elevar o preço da OPA caso ela venha a ser efetivamente lançada, tendo sido tal obrigação condicionada, ainda, a que sejam integralmente cumpridas as obrigações assumidas pelo grupo de acionistas minoritários que se comprometeu a apoiar a possível OPA.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2 Informações materiais da política contábil

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 01 de agosto de 2024.

2.2 Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional da Cielo USA Inc é o dólar norte-americano ("Cielo USA"). O fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc ("MerchantE") vendida em abril de 2022.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, os ativos e passivos da controlada Cielo USA (localizada nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "pro rata temporis", considerando os seus prazos de vencimento.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

2.6 Ativos e passivos financeiros

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

2.7 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

b) Contas a pagar a clientes

São relativas às obrigações de pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia e incluem os valores transacionados com utilização de cartões (débito/crédito) para compra de produtos e/ou serviços.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas.

2.8 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.9 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada, o valor residual e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos atribuídos ao desenvolvimento de um ativo intangível em fase de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento são contabilizados no intangível, porém quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência de perda, a Companhia revisa o valor contábil

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos tiveram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que seu o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10 Combinação de negócios

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

2.11 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste por redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste por redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está baseada no lucro tributável do período. O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (anualmente). A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos em sua totalidade são reconhecidos sobre as diferenças entre os ativos e passivos para fins fiscais e correspondentes a valores apresentados nas Demonstrações Contábeis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. O prazo de recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisado semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

2.13 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores de plano de previdência complementar de contribuição definida do qual a Companhia é copatrocinadora. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.14 Provisões para contingências

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita e existe a probabilidade com base nas análises do valor potencial de perda,

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

considerando o estágio atual do processo para saída de recursos e o valor da obrigação puder ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.15 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Sociais e estatutárias", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis Intermediárias, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Demonstrações Contábeis Intermediárias, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

2.16 Operações de arrendamento

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

Mensuração do passivo de arrendamento

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia.

Prazo de arrendamento

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando prazo original e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

valor.

Taxa de juros incremental de financiamento

Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento.

Depreciação/amortização do ativo de direito de uso

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

2.17 Plano de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores plano de ações restritas. As ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de modo linear no resultado pelo prazo de concessão da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada período, a Companhia revisa as suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto causado pela revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.18 Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e suas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente.

3 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas Controladas e dos fundos de investimento. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as informações contábeis das Controladas são ajustadas para adequar as suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Para as Controladas e fundos de investimento (FIDCs e FICs) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em Controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de acionistas não controladores.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo Cielo era composto pelas seguintes empresas:

	Participação no capital social (%)		
Empresas	30/06/2024	31/12/2023	
Participação em Controladas e fundos:			
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	
BB Coral Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa LP Crédito Privado ("Coral")	100,00	100,00	
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Pegasus ("Pegasus")	86,24	86,24	
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	92,62	94,18	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("FIDC Emissor I")	-	11,62	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II")	11,42	10,00	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00	

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa – em moeda nacional	1.035.107	1.222.725
Caixa e equivalentes de caixa – em moeda estrangeira	4.191	31.439
Total	1.039.298	1.254.164

Os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa possuem rentabilidade através de aplicações automáticas, compromissadas e *time deposit* contratadas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

nos bancos de movimento, com liquidez diária e baixa probabilidade de mudanças significativas de valor.

5 Instrumentos financeiros

a. Ativos mensurados pelo custo amortizado

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos são compostos por:

		30/06/2024 Total		31/12/2023 Total	
	Faixa de vencimento				
	Acima de 365	Valor justo	Valor de custo	Valor justo	Valor de custo
Títulos privados	172.952	172.952	172.952	180.164	180.164
Letras Financeiras – LF	172.952	172.952	172.952	180.164	180.164
Total	172.952	172.952	172.952	180.164	180.164

b. Passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo Cielo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. O Grupo Cielo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		Valor Justo	
	Critério de mensuração	30/06/2024	31/12/2023
Ativos			
Contas a receber operacionais	Custo amortizado	85.877.731	93.509.519
Instrumentos financeiros			
Instrumentos financeiros	Custo amortizado	172.952	180.164
Outros valores a receber	Custo amortizado	90.585	87.543
Total de ativos financeiros		86.141.268	93.777.226
Passivos Contas a pagar a clientes Empréstimos e financiamentos Fornecedores	Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado	74.078.911 3.612.595 141.298	75.480.752 7.733.980 199.317
Obrigações com cotas FIDC e de fundos de investimento	Custo amortizado	5.228.603	7.345.998
Outras obrigações	Custo amortizado	808.767	832.918
Arrendamento a pagar	Custo amortizado	26.320	26.900
Total de passivos financeiros		83.896.494	91.619.865

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Companhia aplica a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da hierarquia.

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa: Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para aplicações em CDB e fundos de investimento, o valor justo é apurado a partir das taxas de juros atualizadas do DI disponibilizadas no mercado através de órgãos oficiais (como B3 e BACEN), e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- Empréstimos e financiamentos: Para os empréstimos e financiamentos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas de mercado.
- Contas a pagar e recebíveis: Contas a receber operacionais, Contas a pagar a clientes, Outros valores a receber, Fornecedores e Outras obrigações estão apresentados pelos valores das liquidações previstas nas datas de vencimento.
- Fundos de investimento em direitos creditórios: O valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.

6 Fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs")

Todos os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, ou por meio da aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Fundos

	Início das				Indice mínimo de	
Fundo	atividades	Condomínio (a)	Prazo	Rendimentos (b)	subordinação	Situação
FIDC NP	05/08/2016	Aberto e exclusivo	Indeterminado	-	-	Ativo
FIDC Plus	28/07/2017	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	20,0%	Ativo
FIDC Emissor I (c)	16/03/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	10,0%	Encerrado
FIDC Emissor II	13/05/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	9,1%	Ativo

- (a) Restrito a investidores profissionais;
- (b) Frequência do pagamento dos rendimentos das cotas seniores; e

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(c) A totalidade das cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("Fundo") foi integralmente resgatada conforme seu vencimento, no dia 18 de março de 2024. Além disso, na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo ocorrida em 20 de março de 2024, restou decidido que a Administradora procedeu com o resgate total das cotas subordinadas na mesma data e a liquidação do fundo, conforme o item 7. subitem (7.2.), da ata da Assembleia Geral de Cotistas, conforme publicações disponíveis na CVM.

Os direitos creditórios dos FIDCs são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "pro rata temporis". A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Resolução CVM nº 175/22, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio dos FIDCs em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	30/06/2024						
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros			
FIDC NP	17.185.566	879.952	879.952	-			
FIDC Plus	1.674.108.719	8.452.438	7.828.843	623.595			
Sênior	600.000	623.595	-	623.595			
Subordinada	1.673.508.719	7.828.843	7.828.843	-			
FIDC Emissor II	4.984.950	5.157.536	588.779	4.568.757			
Sênior	4.500.000	4.568.757	-	4.568.757			
Subordinada	484.950	588.779	588.779	-			
Total	1.696.279.235	14.489.926	9.297.574	5.192.352			

	31/12/2023					
	Quantidade de	Valor total das	Participação	Participação		
	cotas	cotas	Cielo	de terceiros		
FIDC NP	9.290.106	2.472.904	2.472.904	-		
FIDC Plus	1.226.846.392	10.771.899	10.144.896	627.003		
Sênior	600.000	627.003	-	627.003		
Subordinada	1.226.246.392	10.144.896	10.144.896	-		
FIDC Emissor I	2.222.223	2.346.629	272.714	2.073.915		
Sênior	2.000.000	2.073.915	-	2.073.915		
Subordinada	222.223	272.714	272.714	-		
FIDC Emissor II	4.984.950	5.083.176	508.206	4.574.970		
Sênior	4.500.000	4.574.970	-	4.574.970		
Subordinada	484.950	508.206	508.206	-		
Total	1.243.343.671	20.674.608	13.398.720	7.275.888		

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Os balanços patrimoniais dos FIDCs em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados a seguir:

	:	30/06/2024			31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC NP	882.379	2.427	879.952	2.473.543	639	2.472.904
FIDC Plus	8.453.328	890	8.452.438	10.772.619	720	10.771.899
FIDC Emissor I	-	-	-	2.346.629	-	2.346.629
FIDC Emissor II	5.157.536	-	5.157.536	5.083.183	7	5.083.176
Total	14.493.243	3.317	14.489.926	20.675.974	1.366	20.674.608

As demonstrações de resultado dos FIDCs nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 são apresentadas a seguir:

	Trimestre					
		30/06/	2024			
	•		FIDC Emissor			
	FIDC NP	FIDC Plus	II	Total		
Receita - Direitos creditórios	25.936	306.160	-	332.096		
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	174.017	174.017		
Receitas financeiras	2.993	7.193	2.182	12.368		
Despesas financeiras	(4.972)	(1.689)	(379)	(7.040)		
Outras despesas operacionais	(2.033)	(406)	(304)	(2.743)		
Lucro do trimestre	21.924	311.258	175.516	508.698		
Remuneração – Cota Sênior Remuneração – Cota Subordinada	- 21.924	17.602 293.656	135.397 40.119	152.999 355.699		

	rimestre					
	30/06/2023					
			FIDC	FIDC		
	FIDC NP	FIDC Plus	Emissor I	Emissor II	Total	
Receita - Direitos creditórios	58.000	341.249	-	_	399.249	
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	91.148	204.289	295.437	
Receitas financeiras	3.604	18.809	41	3.094	25.548	
Despesas financeiras	(1.196)	(1.867)	(363)	(384)	(3.810)	
Outras despesas operacionais	(1.192)	(304)	(415)	(425)	(2.336)	
Lucro do trimestre	59.216	357.887	90.411	206.574	714.088	
Remuneração – Cota Sênior Remuneração – Cota Subordinada	- 59.216	21.233 336.654	70.554 19.857	163.279 43.295	255.066 459.022	

Semestre					
		30/06/2024			
		FIDC	FIDC		
FIDC NP	FIDC Plus	Emissor I	Emissor II	Total	
77.072	648.117	-		725.189	
-	-	70.984	354.317	425.301	
6.124	27.392	2.237	2.267	38.020	
(6.643)	(3.304)	(589)	(773)	(11.309)	
(1.522)	(717)	(436)	(563)	(3.238)	
75.031	671.488	72.196	355.248	1.173.963	
- 75.031	35.944 635 544	53.926 18 270	274.675 80 573	364.545 809.418	
	77.072 6.124 (6.643) (1.522) 75.031	77.072 648.117 6.124 27.392 (6.643) (3.304) (1.522) (717) 75.031 671.488	30/06/2024 FIDC NP FIDC Plus Emissor I	FIDC NP FIDC Plus FIDC Emissor I FIDC Emissor II 77.072 648.117 - - - - 70.984 354.317 6.124 27.392 2.237 2.267 (6.643) (3.304) (589) (773) (1.522) (717) (436) (563) 75.031 671.488 72.196 355.248 - 35.944 53.926 274.675	

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

			Semestre			
	30/06/2023					
	FIDC NP	FIDC Plus	FIDC Emissor I	FIDC Emissor II	Total	
Receita - Direitos creditórios	94.060	688.169			782.229	
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	184.568	418.439	603.007	
Receitas financeiras	5.674	42.665	1.561	3.193	53.093	
Despesas financeiras	(2.503)	(4.175)	(693)	(784)	(8.155)	
Outras despesas operacionais	(737)	(642)	(710)	(697)	(2.786)	
Lucro do período	96.494	726.017	184.726	420.151	1.427.388	
Remuneração – Cota Sênior Remuneração – Cota Subordinada	- 96.494	43.385 682.632	145.113 39.613	332.352 87.799	520.850 906.538	

7 Contas a receber operacionais

	30/06/2024	31/12/2023
Contas a receber de emissores	85.877.731	93.509.519
Outras contas a receber	90.585	87.543
Total	85.968.316	93.597.062
Circulante	85.955.151	93.580.429
Não circulante	13.165	16.633

O Contas a receber de emissores corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas com cartões feitas pelos portadores, já líquido das cessões.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	593.961	1.150.087	1.160.616	1.838.892
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(201.947)	(391.030)	(394.609)	(625.223)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	67.294	66.970	272.340	133.681
Benefício fiscal de P&D	-	5.150	1.275	7.693
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	776	(6.102)	(712)	(4.900)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(133.877)	(325.012)	(121.706)	(488.749)
Correntes Diferidos	(145.438) 11.561	(110.626) (214.386)	(282.418) 160.712	(310.755) (177.994)

b. Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis. Os créditos estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos – ativo

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para riscos	108.545	108.100
Provisão para despesas diversas	447.162	294.053
Provisão para remuneração variável	62.650	96.749
Prejuízo fiscal e base negativa	561.080	519.635
Provisões para perdas	95.013	95.200
Total	1.274.450	1.113.737
	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para riscos	108.576	757.549
Provisão para despesas diversas	372.355	329.255
Provisão para remuneração variável	56.370	85.962
Prejuízo fiscal e base negativa	532.109	61.834
Provisões para perdas	101.556	114.310
Total	1.170.966	1.348.910

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

captura de transações e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. Os créditos sobre prejuízo fiscal com as Controladas serão realizados de acordo com a rentabilidade de cada empresa, não excedendo o prazo de 10 anos e os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 15.

Segue a expectativa de realização do crédito tributário por exercício:

	30/06/2024
2024	439.650
2025	134.769
2026	154.793
2027	189.641
2028	272.926
2029 a 2033	82.671
Total	1.274.450

Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de Renda e Contribuição Social, líquidos de antecipações	90.719	114.853
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	39.253	54.186
Imposto sobre Serviços – ISS	17.190	20.389
Programa de Integração Social - PIS	8.266	11.389
Outros tributos a recolher	30.173	35.135
Total	185.601	235.953

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

9 Imobilizado

	30/06/2024				31/12/2023	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.727.779	(919.777)	(35.687)	772.315	723.099
Equipamentos de processamento de dados	20	214.581	(160.936)	-	53.645	65.919
Máquinas e equipamentos	10 - 20	10.539	(7.693)	-	2.846	2.213
Instalações	10	47.184	(28.358)	-	18.826	19.045
Móveis e utensílios	10	5.083	(2.332)	-	2.751	3.454
Veículos	20	3.989	(755)		3.234	3.009
Total		2.009.155	(1.119.851)	(35.687)	853.617	816.739

Segue a movimentação do imobilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

	31/12/2023	Adições	Baixas/ Perdas estimadas	Depreciações	30/06/2024
Equipamentos de captura de transações	723.100	223.248	(35.074)	(138.959)	772.315
Equipamentos de processamento de dados	65.918	4.232	(186)	(16.319)	53.645
Máquinas e equipamentos	2.213	1.123	(19)	(471)	2.846
Instalações	19.045	2.505	(673)	(2.051)	18.826
Móveis e utensílios	3.454	5	(545)	(163)	2.751
Veículos	3.009	611	(18)	(368)	3.234
Total	816.739	231.724	(36.515)	(158.331)	853.617

			Baixas/ Perdas		
	31/12/2022	Adições	estimadas	Depreciações	30/06/2023
Equipamentos de captura de transações	834.578	106.701	(6.951)	(161.697)	772.631
Equipamentos de processamento de dados	81.792	2.844	-	(16.247)	68.389
Máquinas e equipamentos	1.068	1.034	(4)	(312)	1.786
Instalações	29.280	329	-	(3.050)	26.559
Móveis e utensílios	3.965	10	(86)	(236)	3.653
Veículos	254	3.053	(64)	(145)	3.098
Total	950.937	113.971	(7.105)	(181.687)	876.116

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

10 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar

Segue a movimentação do ativo de bens de direito de uso, compostos por aluguéis de imóveis utilizados pelo período contratual, nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.871
Adições	941
Amortização	(3.462)
Saldo em 30 de junho de 2023	27.350
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.719
Adições	1.349
Amortização	(3.239)
Baixas/Reversão	1.714
Saldo em 30 de junho de 2024	21.543

Abaixo, a movimentação do passivo de arrendamento, constituído pelas obrigações devidas ao arrendador durante o prazo de utilização dos imóveis do passivo de arrendamento nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.803
Registro de contratos de arrendamento a pagar	1.069
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(130)
Pagamento de aluguel	(4.468)
Despesa financeira	799
Saldo em 30 de junho de 2023	33.073
Saldo em 31 de dezembro de 2023	26.900
Registro de contratos de arrendamento a pagar	257
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(24)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	2.044
Pagamento de aluguel	(3.581)
Despesa financeira	724
Saldo em 30 de junho de 2024	26.320
Circulante	(6.124)
Não circulante	(20.196)

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	
2024	4.265
2025	6.477
2026	6.477
2027	6.477
Acima de 5 anos	6.057
Total	29.753
Juros do Ajuste a Valor Presente	(3.433)
Passivo de Arrendamento	26.320

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

11 Intangível

	30/06/2024	31/12/2023
Ágio na aquisição de investimentos	25.966	25.966
Outros ativos intangíveis (a)	8.639.981	8.783.377
Total	8.665.947	8.809.343

a. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	30/06/2024				31/12/2023	
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Perda do valor contábil de ativos	Líquido	Líquido
Direito de exploração - Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(3.600.179)	-	7.971.821	8.164.688
Software (b) Outros	20 08 - 20	1.849.028 74	(1.158.309)	(22.633)	668.086 74	618.215 474
Total		13.421.102	(4.758.488)	(22.633)	8.639.981	8.783.377

- (a) Direito de exploração Arranjo de Pagamento Ourocard No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e a BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento.
- **(b) Software** Referem-se a softwares adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes.

Segue a movimentação do intangível nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

Direito de exploração - Arranjo Ourocard Software	31/12/2023 8.164.688 618.215	Adições - 139.176	Baixas - (3.350)	Amortizações (192.867) (85.955)	30/06/2024 7.971.821 668.086
Outros	474	170 186	(400)	(200 022)	74
Total	8.783.377	139.176	(3.750)	(278.822)	8.639.981
	31/12/2022	Adições	Baixas/ Perdas estimadas	Amortizações	30/06/2023
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	8.550.422	-	-	(192.867)	8.357.555
Software Outros	520.337 474	95.883 -	7.218 -	(91.713)	531.725 474
Total	9.071.233	95.883	7.218	(284.580)	8.889.754

As despesas com depreciação do imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

prestados" na demonstração do resultado.

12 Contas a pagar a clientes

Em 30 de junho de 2024, o saldo de Contas a pagar a clientes é de R\$ 74.078.911 (R\$ 75.480.752 em 31 de dezembro de 2023). Esse saldo corresponde aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos.

Adicionalmente, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema o pagamento dos recursos das transações de cartões.

13 Empréstimos e financiamentos

30/06/2024	31/12/2023
3.091.303	3.102.639
510.000	4.605.717
11.292	22.575
3.612.595	7.730.931
613.787	4.732.526
2.998.808	2.998.405
3.612.595	7.730.931
	3.091.303 510.000 11.292 3.612.595 613.787 2.998.808

a. Debêntures Públicas

Em outubro de 2022, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000 com vencimento em 20 de setembro de 2025. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 1,20%, com pagamentos semestrais. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Públicas.

b. Capital de giro

Em 2024, a Companhia realizou captações de recursos para capital de giro por meio de linhas de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo no montante de R\$ 9.744.118. Em 30 de junho de 2024, o saldo em aberto é de R\$ 510.000.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 é como segue:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.643.071
Novas captações	1.170.000
Pagamento de principal	(431.277)
Juros provisionados e encargos apropriados	454.271
Juros pagos	(438.225)
Amortização de custos de emissão de dívidas	849
Saldo em 30 de junho de 2023	7.398.689
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.730.931
Novas captações	9.744.118
Pagamento de principal	(13.845.397)
Juros provisionados e encargos apropriados	257.156
Juros pagos	(274.827)
Amortização de custos de emissão de dívidas	614
Saldo em 30 de junho de 2024	3.612.595

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no não circulante

	30/06/2024	31/12/2023
Ano de vencimento	_	
2025	3.000.000	3.000.000
Total de empréstimos e financiamentos	3.000.000	3.000.000
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(1.192)	(1.595)
Total	2.998.808	2.998.405

14 Outras obrigações

	30/06/2024	31/12/2023
Passivo circulante:		
Provisão para gastos operacionais (a)	417.685	401.200
Programa de participação nos resultados - PPR	113.455	225.759
Provisões sobre folha de pagamento	139.389	90.049
Outros valores a pagar	52.765	50.640
Total	723.294	767.648
Passivo não circulante:		
Provisões sobre folha de pagamento	79.202	57.571
Outros valores a pagar	6.271	7.699
Total	85.473	65.270

⁽a) O saldo de provisão para gastos operacionais é composto por fees com parceiros comerciais, além de gastos relacionados à operação da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

15 Riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo Cielo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

O Grupo Cielo, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023, como segue:

	31/12/2023	Adições	Baixas/ reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30/06/2024
Tributárias (a)	249.223	25.114	(31.423)	(3.462)	-	239.452
Trabalhistas (b)	47.716	14.799	(8.692)	2.666	(5.080)	51.409
Cíveis (c)	29.290	27.164	(8.969)	2.921	(25.858)	24.548
Total	326.229	67.077	(49.084)	2.125	(30.938)	315.409
	31/12/2022	Adições	Baixas/ reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	30/06/2023
Total	2.239.392	123.909	(2.020.061)	26.864	(44.080)	326.024

As adições correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 registradas em contrapartida às rubricas "Impostos sobre a receita" e "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Depósitos judiciais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo Cielo mantém depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujos saldos estão assim demonstrados:

	30/06/2024	31/12/2023
Tributários (a)	36.575	37.202
Trabalhistas (b)	22.021	15.103
Cíveis (c)	21.948	18.436
Total	80.544	70.741

(a) Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destaca-se a sequinte:

• **PIS/COFINS** – **exclusão do ISSQN** – A Companhia impetrou Mandado de Segurança com liminar deferida em junho/2017, afastando a incidência do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS. Após a apreciação de agravo de instrumento interposto pela União Federal, sobreveio sentença confirmando os termos da liminar e concedendo a segurança em janeiro/2018. Após interposição de recursos por parte da União Federal, o processo encontra-se suspenso de julgamento do Tribunal Regional da 3ª Região até que se conclua o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.616/RS, submetido ao rito de repercussão geral em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

(b) Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-colaboradores do Grupo Cielo e de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

As ações propostas por ex-colaboradores de fornecedores da Companhia podem ser custeadas pelas próprias empresas que, por sua vez, também poderão responder pelos honorários advocatícios e demais despesas relacionadas aos processos, inclusive eventuais acordos ou condenações. Na eventualidade do Grupo Cielo realizar pagamentos em razão desses processos, a Companhia possui processo interno de compensação ou reembolso desses valores perante as empresas terceirizadas.

(c) Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

A Administração do Grupo Cielo, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle do Grupo Cielo.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2024, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Passivos contingentes classificados como perda possível

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo Cielo possui ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Tributárias	1.952.879	1.849.330
Trabalhistas	275.760	249.652
Cíveis	506.819	518.476
Total	2.735.458	2.617.458

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- Contribuição Previdenciária Exigência de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos aos colaboradores a título de participação nos resultados da Companhia e das opções de compra de ações ("Plano de ações restritas"), referente aos anos de 2015, 2017, 2018 e 2019 nos montantes atualizados de R\$ 80.599, R\$ 67.294, R\$ 43.742 e R\$ 59.246, respectivamente.
- IRPJ/CSLL Exigência de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de maneira indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real nos anos de 2015/2016, 2017 e 2018, nos montantes atualizados de R\$ 400.080, R\$ 268.692 e R\$ 238.252, respectivamente.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5.700.000 representado por 2.716.815.061 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 30 de junho de 2024 é de 2.702.773.337 (2.697.679.603 ações em 31 de dezembro de 2023).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados à remuneração baseada em ações e ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2024 é de R\$ 47.938 (R\$ 62.205 em 31 de dezembro de 2023).

c. Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(19.135.458)	(94.989)	4,96
Exercício de Ações Restritas:			
Janeiro	16.558	82	4,96
Fevereiro	4.917.625	24.411	4,96
Março	8.588	43	4,96
Maio	69.550	345	4,96
Junho	81.413	404	4,96
Saldo em 30 de junho de 2024	(14.041.724)	(69.704)	4,96

d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e ganhos atuariais com benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	30/06/2024	31/12/2023
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.051.807	1.051.313
Resultado com instrumentos sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(556.907)	(556.907)
Ganhos atuariais com benefício pós-emprego, líquido	2.983	2.983
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(550)	-
Total	497.333	497.389

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) emitido pelo BACEN. O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.140.000, sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 4.566.754 em 30 de junho de 2024 (R\$ 4.976.754 em 31 de dezembro de 2023).

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2024 foram apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") realizada em 30 de abril de 2024.

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, ao menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Ainda, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de juros sobre o capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Em reunião do Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado o pagamento dos juros sobre o capital próprio adicionais, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024.

h. Capital regulatório

A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos.

A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Resolução BCB nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (PRip) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023, 10% em 2024 e 12% em 2025. O patrimônio mínimo requerido é destinado à cobertura dos riscos associados:

- I Aos serviços de pagamento prestados; e
- II Às demais atividades exercidas.

Em 30 de junho de 2024, o patrimônio de referência é de R\$ 9.118.418 (R\$ 11.982.573 em 31 dezembro de 2023). Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido de R\$ 2.138.216 (R\$ 1.801.418 em 31 dezembro de 2023).

Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre práticas contábeis IFRS e COSIF

Apresentamos a reconciliação entre as práticas contábeis COSIF e IFRS do patrimônio líquido em comparação ao semestre findo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023 e do resultado consolidado em comparação aos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do trimestre		Lucro líquido do semestre	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Saldos em COSIF	20.297.030	22.308.302	460.046	825.000	1.038.620	1.350.414
Participação de terceiros em	(5.228.603)	(7.345.997)	_	_	_	_
Fundos de Investimento (a)	(3.220.000)	.003) (7.545.557)				
Outros (b)	22.838	22.547	38	75	290	(271)
Saldos em IFRS	15.091.265	14.984.852	460.084	825.075	1.038.910	1.350.143

- (a) Participações de terceiros em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (FICs), anteriormente apresentadas no passivo circulante e não circulante, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/22 passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de "acionistas não controladores" em COSIF.
- (b) Composto por: i) ágio de controlada não amortizado de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e ii) contratos de aluguéis prediais e lojas, registrados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial e amortizados de acordo com o período de duração dos contratos conforme CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

17 Lucro líquido por ação

Movimentação do número de ações ordinárias Ações emitidas

Ações em 31 de dezembro de 2023	2.697.679.603
Exercício de Ações Restritas:	
Janeiro	16.558
Fevereiro	4.917.625
Março	8.588
Maio	69.550
Junho	81.413
Ações em 30 de junho de 2024	2.702.773.337

Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação (desconsideradas as mantidas em tesouraria) com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Trime	estre	Semestre		
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	385.606	708.563	888.939	1.149.058	
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.697.540	2.696.765	2.695.894	2.694.729	
Lucro por ação (em R\$) – básico	0,14295	0,26275	0,32974	0,42641	

Lucro por ação diluído

	Trimestre		Semo	estre
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias Denominador diluído:	385.606	708.563	888.939	1.149.058
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.697.540	2.696.765	2.695.894	2.694.729
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de ações	14.552	20.230	14.552	20.230
Total (em milhares)	2.712.092	2.716.995	2.710.446	2.714.959
Lucro por ação (em R\$) – diluído	0,14218	0,26079	0,32797	0,42323

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

18 Receita líquida

	Trimest	tre	Seme	stre	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	
Receita operacional bruta	2.805.488	2.992.033	5.706.223	5.913.202	
Impostos sobre a receita	(326.371)	(349.956)	(663.882)	(701.307)	
Total	2.479.117	2.642.077	5.042.341	5.211.895	

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard e do aluguel de equipamentos de captura.

19 Gastos por natureza

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Trime	estre	Seme	estre	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	
Gastos com adquirência	(1.239.873)	(1.193.126)	(2.464.514)	(2.382.855)	
Gastos com pessoal	(409.521)	(350.943)	(825.598)	(667.543)	
Depreciações e amortizações	(220.715)	(232.920)	(440.392)	(469.729)	
Vendas, marketing e afiliação de clientes	(80.916)	(74.868)	(158.080)	(123.431)	
Serviços profissionais	(80.196)	(76.112)	(158.226)	(124.100)	
Diversos, líquido	60.164	485.766	41.313	515.500	
Total	(1.971.057)	(1.442.203)	(4.005.497)	(3.252.158)	
Classificadas como: Custo dos serviços prestados Pessoal Gerais e administrativas Vendas e marketing Outras receitas (despesas)	(1.437.292) (336.794) (103.991) (43.827)	(1.395.951) (301.374) (92.596) (36.044)	(2.848.527) (699.675) (207.107) (76.945)	(2.804.840) (563.308) (157.098) (48.654)	
operacionais, líquidas	(49.153)	383.762	(173.243)	321.742	
Total	(1.971.057)	(1.442.203)	(4.005.497)	(3.252.158)	

Os gastos com adquirência são substancialmente representados por despesa com captura e processamento de operações, de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes e serviços de telecomunicações.

Abaixo demonstramos as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Irimestre		Seme	iestre	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(29.150)	(43.630)	(116.505)	(94.270)	
Gastos com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidos	(12.939)	3.975	(28.725)	(9.862)	
Provisão, reversão e perda de imobilizado	(18.245)	4.651	(37.277)	7.431	
Outras	11.181	418.766	9.264	418.443	
Total	(49.153)	383.762	(173.243)	321.742	

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são representadas principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais e demais perdas operacionais.

20 Compromissos

O Grupo Cielo tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões. Para viabilizar tais atividades, com base nos contratos vigentes, o Grupo Cielo possui compromissos futuros estimados (itens não registrados no balanço patrimonial):

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores são os seguintes:

	30/06/2024	31/12/2023
Até 1 ano	372.115	520.248
De 1 a 5 anos	281.610	208.275
Total	653.725	728.523

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações, assim como os contratos de telecomunicações e "back office", são renovados de acordo com a vigência e com os valores negociados.

21 Benefícios a empregados

Trim	estre	Semestre		
30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	
4.081	3.576	8.703	7.201	
62.526	47.195	124.184	91.571	
66.607	50.771	132.887	98.772	
	30/06/2024 4.081 62.526	30/06/2024 30/06/2023 4.081 3.576 62.526 47.195	30/06/2024 30/06/2023 30/06/2024 4.081 3.576 8.703 62.526 47.195 124.184	

- (a) Contribuição mensal com o Plano Gerador de Benefícios Livres PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, reconhecidas em gastos com pessoal.
- (b) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, seguro de vida, de acidentes pessoais e outros. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores. As ações descritas são reconhecidas em gastos com pessoal.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Benefícios pós-emprego

O Grupo Cielo possui um passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2024 é de R\$ 13.034 (R\$ 12.399 em 31 de dezembro de 2023).

As taxas utilizadas no período foram: taxa de desconto nominal de 6,0% a.a., com índice de inflação de 4,0% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 15,0% a.a. e aposentadoria aos 60 anos. No Patrimônio líquido o saldo registrado em outros resultados abrangentes é de R\$ 2.983 (R\$ 2.983 em 31 de dezembro de 2023).

22 Participação de colaboradores e administradores no resultado

O Grupo Cielo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no resultado nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 foram registrados conforme abaixo:

Trime	estre	Semestre			
30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023		
51.004	39.583	101.338	79.014		
6.485	6.121	12.117	9.223		
57.489	45.704	113.455	88.237		
	30/06/2024 51.004 6.485	30/06/2024 30/06/2023 51.004 39.583 6.485 6.121	30/06/2024 30/06/2023 30/06/2024 51.004 39.583 101.338 6.485 6.121 12.117		

23 Remuneração de Administradores e Conselho Fiscal

A Administração da Cielo inclui os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretores estatutários.

Seguem as despesas registradas no resultado da Companhia nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

	Trimestre						
		30/06/2024			30/06/2023		
	Fixa	Outros	Total	Fixa	Outros	Total	
Diretores estatutários	3.635	3.369	7.004	3.634	6.864	10.498	
Conselho de administração e fiscal	2.104	-	2.104	1.502	-	1.502	
Total	5.739	3.369	9.108	5.136	6.864	12.000	

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Semestre						
		30/06/2024			30/06/2023		
	Fixa	Outros	Total	Fixa	Outros	Total	
Diretores estatutários Conselho de administração e fiscal	7.189	7.266	14.455	6.147	7.256	13.403	
	4.248	-	4.248	3.028	-	3.028	
Total	11.437	7.266	18.703	9.175	7.256	16.431	

O saldo de "outros" corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, líquido de impostos, e não contempla: (i) o plano de ações restritas, apresentado na nota explicativa n° 24; e (ii) os outros benefícios já apresentados na nota explicativa n° 21.

A remuneração global anual dos Administradores e Conselho Fiscal aprovada em assembleia realizada em 30 de abril de 2024, é de R\$ 88.151 líquido de encargos, sendo: (i) R\$ 954 para o Conselho Fiscal; e (ii) R\$ 87.197 para os Administradores.

24 Plano de ações restritas

São planos de concessão de ações restritas de emissão da Companhia, implementados com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia, alinhar os interesses dos acionistas aos de administradores e empregados, bem como possibilitar que a Companhia atraia e mantenha o vínculo de seus administradores e empregados.

Todos os diretores estatutários e empregados elegíveis aos planos estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.

Os programas são apropriados no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no exercício em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante o andamento do plano.

Em 30 de junho de 2024, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Quantidade de ações								
Programa	Status	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer	Data da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
Ações Restritas 2021	Ativo	1.945.031	(255.751)	(719.477)	969.803	Julho de 2021	3,59	3,59
Ações Restritas 2022	Ativo	2.313.572	(144.600)	(542.511)	1.626.461	Julho de 2022	3,81	3,81
Ações Restritas 2022 Vesting Especial	Ativo	1.071.876	-	(357.292)	714.584	Novembro de 2022	5,11	5,11
Ações Restritas 2023	Ativo	2.244.720	(61.779)	(291.018)	1.891.923	Julho de 2023	4,43	4,43
Sócio Cielo 2020	Encerrado	2.898.458	(1.067.534)	(1.830.924)	-	Março de 2020	7,12	7,12
Sócio Cielo 2021	Ativo	5.440.433	(757.589)	(4.030.977)	651.867	Março de 2021	3,89	3,89
Sócio Cielo 2022	Ativo	11.253.702	(566.832)	(7.038.311)	3.648.559	Março de 2022	2,47	2,47
Sócio Cielo 2023	Ativo	6.297.073	(251.675)	(2.560.236)	3.485.162	Março de 2023	4,93	4,93
Sócio Cielo 2024	Ativo	1.563.808	-	-	1.563.808	Março de 2024	5,35	5,35
Total de Ações		35.028.673	(3.105.760)	(17.370.746)	14.552.167			

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

No semestre findo em 30 de junho de 2024 foi apropriado ao resultado o valor referente aos planos de incentivo de longo prazo no valor de R\$ 11.018 (R\$ 21.988 em 30 de junho de 2023). A mutação da rubrica "Reserva de capital", no patrimônio líquido, inclui R\$ 11.018 de ações restritas outorgadas e R\$ 25.285 de transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações (R\$ 21.988 outorgadas e R\$ 32.322 de transferência de ações em tesouraria, respectivamente em 30 de junho de 2023).

Em 30 de junho de 2024 e 2023, além dos planos de incentivos baseados em ações, foram registrados incentivos de longo prazo nos montantes de R\$ 17.160 e R\$ 16.303, respectivamente.

25 Resultado financeiro

	Trimestre		Semestre	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações	48.539	80.442	118.732	179.810
financeiras		3311.2		
Outras receitas financeiras	2.949	4.621	5.923	7.940
PIS e Cofins	(1.754)	(2.701)	(3.865)	(6.101)
Total	49.734	82.362	120.790	181.649
		<u> </u>		
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos	(102.137)	(222.671)	(257.156)	(454.271)
Participação de terceiros em FIDCs	(152.999)	(255.066)	(364.545)	(520.850)
Atualização monetária de riscos	3.768	(9.592)	(2.125)	(26.864)
tributários, cíveis e trabalhistas	5.700	(5.552)	(2.125)	(20.00-1)
Outras despesas financeiras	(26.326)	(15.720)	(55.685)	(25.314)
Total	(277.694)	(503.049)	(679.511)	(1.027.299)
Rendimento:				
Aquisição de recebíveis (a)	315.556	377.905	687.551	740.075
Total	315.556	377.905	687.551	740.075
Variação cambial	(1.695)	(7.005)	(5.058)	(15.270)
•	. ,	, ,	. ,	. ,
Total	85.901	(49.787)	123.772	(120.845)

(a) Conforme nota explicativa nº 6, a receita oriunda dos recebíveis adquiridos pelos FIDC Plus e FIDC NP é de R\$ 725.189, sendo R\$ 687.551 líquido de impostos em 30 de junho de 2024, visto que deste montante R\$ 332.096, sendo R\$ 315.556 líquido são referentes ao segundo trimestre (R\$ 782.229 em 30 de junho de 2023, sendo R\$ 740.075 líquido de impostos e R\$ 399.249, sendo R\$ 377.905 líquidos para o segundo trimestre).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

26 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução BCB nº 198/2022.

(a) Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

A Cielo mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos.

A Cielo possui um Código de Conduta Ética, atualizado anualmente, que estabelece os padrões de conduta esperados de Administradores (membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva), membros do Conselho Fiscal, colaboradores, estagiários e jovens aprendizes, para as sociedades Controladas, acionistas, investidores, fornecedores e demais públicos com os quais a Cielo se relaciona.

As principais diretrizes sobre este tema são apresentadas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, na Política de Compliance, na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, e na Política de Gestão Corporativa de Continuidade de Negócios, todas disponibilizadas publicamente para consulta no site de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

O Grupo Cielo adota o conceito de 3 (três) linhas de responsabilidade para operacionalizar a sua estrutura de gerenciamento de riscos, de modo que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que seus objetivos sejam alcançados:

- 1ª linha de responsabilidade: é representada por todas as pessoas das áreas de negócio e suporte, as quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas, incluindo a melhoria ou implementação de novos controles para mitigar riscos identificados e a comunicação tempestiva à governança adequada de: (i) problemas na operação; (ii) situações de não conformidade com os padrões de conduta definidos; e (iii) violações das políticas da instituição ou de disposições legais e regulamentares;
- 2ª linha de responsabilidade: é representada pela Vice-Presidência de Riscos, Compliance, Prevenção e Segurança, que atua de maneira consultiva e independente junto às áreas de negócio e suporte, com reporte direto ao Diretor-Presidente. A avaliação sobre o gerenciamento dos riscos, compliance, gestão da continuidade de negócios, da gestão de crises, da segurança da informação, da prevenção à lavagem de dinheiro, à fraude e ao financiamento ao terrorismo, bem como a qualidade do ambiente de controles são reportadas ao Diretor-Presidente e ao Comitê de Riscos que, por sua vez, reporta ao Conselho de Administração. A atuação da 2ª linha de responsabilidade é segregada e independente das atividades e da gestão das áreas negócio e suporte e da Auditoria Interna.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

• 3ª linha de responsabilidade: é representada pela Auditoria Interna e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento de riscos mantém processos para: registro de eventos de riscos, que exige que tais eventos, materializados ou não, tenham planos de ação, com prazos e responsáveis; manutenção do inventário de riscos corporativos e avaliação periódica destes riscos; mapeamento de riscos e testes de controles executados pela área de Controles Internos; monitoramento de transações, em busca de suspeitas de fraude, entre outros.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo Cielo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, previamente citada, e nos itens 4.1 e 5.1 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

(b) Gestão de Risco de Crédito

A Cielo possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de disponibilidades, instrumentos financeiros, incluindo derivativos, rendas a receber e contas a receber com bancos emissores, conforme segue:

	Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.039.298	1.254.164
Instrumentos financeiros	5	172.952	180.164
Contas a receber operacionais	7	85.877.731	93.509.519
Total		87.089.981	94.943.847

(b.1) Risco de Crédito da Contraparte - Risco Emissor

Nas operações de adquirência, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, e a Cielo, por sua vez, possui a obrigação de efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Caso os bancos emissores dos cartões descumpram as suas obrigações financeiras junto à Cielo devido a quaisquer motivos, a Cielo continua obrigada a realizar os pagamentos mencionados aos estabelecimentos comerciais credenciados.

O nível de risco ao qual a Cielo está exposta depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

operação junto aos emissores e aos credenciadores, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão, conforme o modelo interno.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Cielo solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessários para a cobertura da sua exposição ao risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um *rating* interno.

Em 30 de junho de 2024, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

Rating interno dos emissores	Exigência de Garantia	Exposição total em 30/06/2024	% de Garantia em relação à exposição	Exposição total em 31/12/2023	% de Garantia em relação à exposição
Grupo 1	Não	97,1%	-	97,2%	
Grupo 2	Sim	2,9%	71,1%	2,8%	69,0%
Total do Contas a i	receber com				
bancos emis	ssores	100,0%		100%	

Os cinco maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1 concentraram 72,7% do volume a receber e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-financeira.

Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre o volume transacional movimentado, sua qualidade creditícia e solidez financeira, podendo haver revisão do *rating* interno e solicitação de garantias se identificado o indício de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e do regulamento das bandeiras e dos emissores.

(b.2) Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos ou Subcredenciadores

A Cielo adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Cielo. Ademais, a Cielo pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias a eles.

A depender da regra estabelecida pelos arranjos de pagamento com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, a Cielo pode ser chamada à responsabilidade caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados.

A representatividade dos Subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023 corresponde a

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2,88% e 3,21%, respectivamente.

(b.3) Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 30 de junho de 2024, as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa totalizavam R\$ 116.452 (R\$ 94.270 em 30 de junho de 2023), conforme nota explicativa 19.

(b.4) Risco de Crédito de Clientes - Chargeback e Vendas Diferidas

Os clientes da Cielo devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes da Cielo na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de: (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial; ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, geralmente, não é acatado.

Caso a Cielo não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (como, por exemplo, o boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Para gerenciar a exposição a este risco, a Cielo monitora periodicamente o comportamento transacional e a saúde financeira destes clientes, elabora avaliações de crédito, limita o volume das operações de antecipações de recebíveis e realiza o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações e o índice de *chargeback* estão demonstrados a seguir:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	30/06/	/2024	30/06/2023		
	Volume transacionado	Índice de chargeback (c)	Volume transacionado	Índice de chargeback (c)	
Turismo e Entretenimento, incluindo					
companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	9,0%	0,55%	8,6%	0,55%	
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	12,1%	0,66%	10,0%	0,81%	
Bens duráveis e semiduráveis (a)	18,8%	0,02%	21,1%	0,02%	
Bens não duráveis (b)	38,4%	0,00%	36,4%	0,00%	
Serviços e outros	21,7%	0,02%	23,9%	0,03%	
Total	100,0%	0,14%	100,0%	0,14%	

- (a) Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros;
- (b) Bens não duráveis: supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros; e
- (c) Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado.

(c) Gestão de Riscos Operacionais

A Cielo possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para os referidos riscos, a Cielo adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Resolução BCB nº 198/22 e à Resolução BCB nº 260/22.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura da gestão dos controles internos do Grupo Cielo, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 5.2 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

(d) Gestão de Risco de Capital

O Grupo Cielo administra o seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com as suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo Cielo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelas disponibilidades e instrumentos financeiros).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Cielo mantém patrimônio mínimo requerido, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, em valor superior ao requerimento mínimo de 10%, destinado a cobrir os riscos associados aos serviços de pagamento prestados e às demais atividades exercidas, apurado diariamente (vide nota explicativa nº 16). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo Cielo.

(e) Gestão de Risco de Liquidez

Refere-se à possibilidade de a Cielo não ser capaz de honrar eficientemente as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar as suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Grupo Cielo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Cielo publica periodicamente o relatório de gestão de risco de liquidez que apresenta a estrutura corporativa vigente de gestão desse risco, conforme determina a Resolução BCB nº 198/22, e suas posteriores alterações. O relatório está disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

Segue o índice de endividamento:

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.039.298	1.254.164
Instrumentos financeiros	172.952	180.164
Dívida (a)	(3.612.595)	(7.730.931)
Dívida líquida	(2.400.345)	(6.296.603)
Patrimônio líquido	15.091.265	14.984.852
Índice de endividamento líquido	15,91%	42,02%

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa nº 13.

(f) Gestão de Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Cielo, assim como receitas e despesas que possam ser impactadas em decorrência de variação das taxas de juros, dos preços de ações e da variação cambial.

(f.1) Risco de Taxa de Câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo Cielo.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Cielo faz transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Cielo é feita em moeda estrangeira). A Cielo dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

O impacto de variação cambial sobre investimento no exterior é reconhecido em outros resultados abrangentes, diretamente no patrimônio líquido. Houve ganho de R\$ 494 com variação cambial sobre o investimento na Cielo USA no período findo em 30 de junho de 2024. Houve perda no período findo em 30 de junho de 2023 no montante de R\$ 331.

(f.2) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Cielo está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta a sua conversão no fim de cada período de reporte para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio.

Em 30 de junho de 2024 e 2023, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria um aumento ou uma redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	30/06/2024				3	
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	163	408	816	209	522	1.045
Patrimônio Líquido	360	899	1.798	360	901	1.802

(f.3) Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo Cielo estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo Cielo aplica os seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo Cielo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

(f.4) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo Cielo são principalmente afetados pelas variações na taxa

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

		30/06/2024			30/06/2023	
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(13.842)	(34.606)	(69.212)	(27.368)	(68.421)	(136.842)

(g) Gestão de Risco de Lavagem de Dinheiro e do Financiamento ao Terrorismo

Decorre da possibilidade de que os produtos e serviços oferecidos pela Cielo se tornem um meio para a realização de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação de recursos, bens e valores de origem ilícita, bem como para a coleta de fundo para atos terroristas, incluindo o apoio ao desenvolvimento, aquisição, produção, posse, transporte, transferência ou uso de armas nucleares, biológicas e químicas e seus meios de entrega.

Para avaliar este risco, a Cielo adota procedimentos de avaliação interna, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços e realização de negócios na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo, em consonância com a legislação nacional e regras dos arranjos de pagamentos aos quais faz parte, conforme atribuições definidas em normativos internos.

Mais informações sobre governança e estrutura da gestão das atividades relacionadas à gestão desse risco podem ser encontradas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

(h) Gestão de Risco de Conformidade

Representa a possibilidade de a instituição sofrer sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de falhas na observância e atendimento ao arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores e dos códigos de autorregulação aplicáveis, dos normativos internos, do Código de Conduta Ética e demais diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades do Grupo Cielo.

A análise do risco de conformidade é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura do programa de integridade do Grupo Cielo podem ser encontradas na Política de *Compliance* e no item 5.3 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(i) Gestão de Risco Social, Ambiental e Climático

A Cielo mapeia e gerencia os aspectos e impactos sociais, ambientais e climáticos de seus processos, operações, produtos e serviços, incluindo colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, buscando atingir os objetivos descritos na política de sustentabilidade e no código de conduta ética. Esses riscos são analisados por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Mais informações sobre as políticas socioambientais do Grupo Cielo podem ser encontradas na Política de Sustentabilidade e no item 2.1 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

(j) Gestão de Risco de Reputação

Decorre da percepção negativa sobre a Cielo por parte de clientes, parceiros, fornecedores, acionistas, controladas, mídia, influenciadores sociais, investidores, reguladores etc. Este risco, conforme apresentado no item 5.1 do Formulário de Referência, pode se materializar em decorrência da materialização de outros eventos de riscos.

A análise do risco reputacional é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade. Mais informações sobre os riscos do Grupo Cielo podem ser encontradas no item 1.2 do Formulário de Referência, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

(k) Gestão de Risco de Estratégico

Decorre de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

A análise do risco estratégico é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade. Mais informações sobre a estratégia do Grupo Cielo podem ser encontradas no item 1.2 do Formulário de Referência, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

(I) Gestão de Riscos Emergentes

Decorrem de fenômenos incertos e inesperados que podem expor o Grupo Cielo a um conjunto totalmente novo de circunstâncias, não havendo informações suficientes disponíveis para avaliação e mensuração do impacto de tais riscos sobre o futuro do negócio.

Os principais riscos emergentes identificados pela Cielo são aqueles que levam à possível desintermediação dos produtos de adquirência, no longo prazo, ou que afetem de modo relevante a continuidade e a segurança dos seus negócios.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Cielo possui um processo para identificar, monitorar e reportar riscos emergentes, baseando-se em *benchmarkings* e boas práticas de mercado. Os principais riscos emergentes aos quais a Companhia está exposta estão detalhados no item 1.2 do Formulário de Referência, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (https://ri.cielo.com.br/).

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades, as condições de mercado são mantidas pelo Grupo Cielo em operações com partes relacionadas, tais como: (i) contas a receber dos bancos emissores, que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas Controladores (Bradesco e Banco do Brasil) detêm participação acionária; (ii) serviços financeiros contratados com os bancos acionistas; e (iii) despesas e receitas com serviços prestados pelas controladas diretas, indiretas e fundos de investimento.

O Grupo Cielo, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Adicionalmente, a natureza das atividades do Grupo Cielo faz com que ele celebre contratos com diversos emissores, sendo os seus acionistas alguns desses emissores. O Grupo Cielo acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato das operações com partes relacionadas em que o Grupo Cielo participa, bem como as movimentações relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos		
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	162.235	380.268
Contas a receber operacionais (b)	22.597.111	25.124.705
Contas a receber com partes relacionadas (c)	898.017	921.146
(Passivos)		
Cédula de Crédito Bancário - CCB (d)	-	(3.194.012)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(23.666)	(27.902)
Contas a pagar com partes relacionadas (c)	(468.834)	(464.250)
	30/06/2024	30/06/2023
Receitas	30/06/2024	30/06/2023
Receitas Receitas de aplicações financeiras (a)	30/06/2024 16.859	30/06/2023 56.476
Receitas de aplicações financeiras (a)	16.859	56.476
Receitas de aplicações financeiras (a) Receitas de prestação de outros serviços (f)	16.859 9.133	56.476 1.794
Receitas de aplicações financeiras (a) Receitas de prestação de outros serviços (f) Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	16.859 9.133	56.476 1.794
Receitas de aplicações financeiras (a) Receitas de prestação de outros serviços (f) Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g) (Despesas):	16.859 9.133 12.641	56.476 1.794 17.339
Receitas de aplicações financeiras (a) Receitas de prestação de outros serviços (f) Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g) (Despesas): Despesas financeiras (d)	16.859 9.133 12.641 (79.609)	56.476 1.794 17.339 (242.948)
Receitas de aplicações financeiras (a) Receitas de prestação de outros serviços (f) Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g) (Despesas): Despesas financeiras (d) Despesas com benefícios (h)	16.859 9.133 12.641 (79.609) (82.501)	56.476 1.794 17.339 (242.948) (62.346)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

As partes relacionadas são compostas substancialmente por: Banco Bradesco e Banco do Brasil.

- a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras em bancos ligados.
- b) Os valores a receber se referem substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores Banco do Brasil e Bradesco decorrentes das transações realizadas com cartões.
- c) Os valores a receber se referem substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelo emissor Banco do Brasil à Cateno, decorrentes das transações realizadas com cartões. Os saldos de contas a pagar se referem à prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard, bem como, a saldos de dividendos a pagar.
- d) Correspondem a captação de recursos para capital de giro por meio de uma linha de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário).
- e) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes com o objetivo de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus à remuneração de 10 pontos-base sobre o volume elegível. O volume elegível, incluindo o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN (Value Added Network) e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.
- f) Corresponde à disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelo Bradesco de transações realizadas com cartões por ele emitidos, bem como a cobrança do serviço de exibição de QR Codes e de recebimento Pix e os respectivos status da transação, nos meios de captura Cielo.
- g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto ao Banco do Brasil e Bradesco, que sublocam os equipamentos para os seus clientes.
- h) Benefícios contratados com o Banco do Brasil e Bradesco (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência complementar).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Principais transações com partes relacionadas

Participação de credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Companhia é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Companhia participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Companhia remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores e demais instituidores de arranjos ("Bandeiras").

Em decorrência da participação nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo mantém acordos para realização de campanhas de marketing, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("Value Added Network – VAN" e prestador de serviço de rede "PSR")

A Companhia detém contratos de serviço com a Alelo Instituição de Pagamento S.A. Tais serviços incluem captura, transmissão, autorização e processamento de transações com os cartões Alelo, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de "back office" operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, o Grupo Cielo mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de "cash management"
- Seguros contratados
- Cartão de crédito corporativo e de benefícios
- Serviços de pagamento a fornecedores
- Concessão de pontos Livelo
- Serviços de representação junto à Nuclea
- Escrituração de ações da Companhia
- Serviços operacionais programa de emissão de ações
- Serviços de escrituração e gestão de títulos e valores mobiliários
- Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados
- Credenciamento ao sistema Cielo

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- Incentivo ao desenvolvimento e atualização tecnológica
- Serviços de gestão transacional
- Cessão de recebíveis

28 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de maneira consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Desta forma, o Grupo detém dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e de débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos; e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e de débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes do Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é mensurado de maneira diferente do lucro ou prejuízo operacional das Informações Contábeis Consolidadas.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de sua Controlada Cielo USA.

O quadro abaixo reflete as aberturas das demonstrações do resultado em: Cielo Brasil (empresas Controladas, diretamente ligadas a operação da Cielo), que consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança, FIDCs e Stelo. As operações da controlada Cateno são referenciadas por "Gestão de contas de pagamento" e "demais empresas" correspondem ao resultado da Controlada Cielo USA.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Trimestre							
		30/06/	2024			30/06/	/2023	
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresa	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresa	Consolidado
Receita operacional líquida	1.419.501	1.059.616		2.479.117	1.635.027	1.007.050		2.642.077
Custo dos serviços prestados	(672.632)	(546.890)	-	(1.219.522)	(705.278)	(461.706)	-	(1.166.984)
Depreciação e amortização	(121.295)	(96.475)	-	(217.770)	(132.408)	(96.559)	-	(228.967)
Lucro Bruto	625.574	416.251		1.041.825	797.341	448.785		1.246.126
Despesas operacionais	(473.545)	(56.447)	(828)	(530.820)	(155.787)	114.339	(852)	(42.300)
Depreciação e amortização	(2.649)	(296)	-	(2.945)	(3.456)	(496)	-	(3.952)
Lucro Operacional	149.380	359.508	(828)	508.060	638.098	562.628	(852)	1.199.874
Resultado financeiro	66.669	18.921	311	85.901	(77.098)	26.967	344	(49.787)
Lucro antes dos impostos	216.049	378.429	(517)	593.961	561.000	589.595	(508)	1.150.087
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.709)	(130.168)	-	(133.877)	(123.791)	(201.221)	-	(325.012)
Lucro líquido	212.340	248.261	(517)	460.084	437.209	388.374	(508)	825.075
Atribuído a: Acionistas controladores Acionistas não controladores	212.340	173.783 74.478	(517)	385.606 74.478	437.209	271.862 116.512	(508)	708.563 116.512

	Semestre							
		30/06/2024				30/06/	/2023	
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresa	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresa	Consolidado
Receita operacional líquida	2.943.149	2.099.192		5.042.341	3.212.643	1.999.252		5.211.895
Custo dos serviços prestados	(1.344.485)	(1.070.244)	-	(2.414.729)	(1.441.612)	(901.389)	-	(2.343.001)
Depreciação e amortização	(240.840)	(192.958)	-	(433.798)	(268.719)	(193.120)	-	(461.839)
Lucro Bruto	1.357.824	835.990		2.193.814	1.502.312	904.743	_	2.407.055
Despesas operacionais	(1.037.037)	(112.078)	(1.261)	(1.150.376)	(498.071)	59.934	(1.292)	(439.429)
Depreciação e amortização	(5.906)	(688)	-	(6.594)	(6.875)	(1.014)	-	(7.889)
Lucro Operacional	314.881	723.224	(1.261)	1.036.844	997.366	963.663	(1.292)	1.959.737
Resultado financeiro	86.101	36.927	744	123.772	(173.486)	51.857	784	(120.845)
Lucro antes dos impostos	400.982	760.151	(517)	1.160.616	823.880	1.015.520	(508)	1.838.892
Imposto de Renda e Contribuição Social	138.541	(260.247)	-	(121.706)	(143.514)	(345.235)	-	(488.749)
Lucro líquido	539.523	499.904	(517)	1.038.910	680.366	670.285	(508)	1.350.143
Atribuído a:								
Acionistas controladores	539.523	349.933	(517)	888.939	680.366	469.200	(508)	1.149.058
Acionistas não controladores	-	149.971	-	149.971	-	201.085	-	201.085

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Gestão de				
	Cielo Brasil	Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado	
Total do saldo patrimonial em 30/06/2024	90.648.151	9.696.854	3.598	100.348.602	
Total do saldo patrimonial em 31/12/2023	98.077.217	9.701.363	3.620	107.782.200	

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

29 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos dos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	30/06/2024	30/06/2023
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	494	(331)
Juros sobre o capital próprio	390.999	196.970
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(550)	-

30 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2024, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	20.000
Seguro D&O	250.000
Bens e ativos	40.683
Ataque Cibernético	25.000
Armazenagem de máquinas, móveis e utensílios	48.061
Transporte de máquinas e equipamentos	2.500
Frota de veículos	2.560

31 Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 01 de agosto de 2024.

32 Eventos subsequentes

Em 05 de julho de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferiu o registro da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado ("OPA"), a ser lançada pelos seus acionistas controladores diretos. A Companhia foi comunicada pelas Ofertantes e pela Instituição Intermediária que a OPA será lançada no prazo regulamentar, conforme previsto no artigo 14 da Resolução CVM n° 85/2022.

Em 10 de julho de 2024, a Companhia recebeu dos Ofertantes as cópias do Edital e

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

do Laudo de Avaliação da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado ("OPA"), cujo leilão será realizado em 14 de agosto de 2024. A OPA terá por objeto 902.247.285 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço à vista de R\$ 5,60 por ação, sujeito aos ajustes de preço previstos no Edital. Para fins informativos, na presente data, o preço por ação ajustado nos termos do Edital, incluindo o ajuste do CDI ali detalhado, é de R\$ 5,76.

Em 18 de julho de 2024, os membros independentes do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, parecer com manifestação favorável à aceitação da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") ("Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 2024 – IFRS").

Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas (IFRS)

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório sobre a Revisão de Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas da Companhia ("IFRS") referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2024 ("Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 2024 – IFRS"), sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento ("<u>Companhia</u>"), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("<u>IFRS</u>") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("<u>IASB</u>") referentes ao 2º trimestre de 2024, findo em 30 de junho de 2024 ("<u>ITR 2º Tri</u>"), acompanhadas do Relatório sobre a Revisão das Demonstrações Contábeis Trimestrais – ITR dos Auditores Independentes, sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados.

Barueri, 26 de julho de 2024.

ANALAURA NEVES DE MORAIS GONTIJO	CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA			
GISELE BARBOSA PESSOA	HERCULANO ANÍBAL ALVES			
MARCOS APARECIDO GALENDE				





Relatório Resumido do Comitê de Auditoria – 1º Semestre de 2024

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria ("<u>Comitê</u>") da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento ("<u>Companhia</u>") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 14 de dezembro de 2022 ("<u>Regimento Interno</u>"), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que, pelo menos 01 (um) deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Os membros pertencentes ao quadro atual do Comitê, atualmente em número de 04 (quatro), foram eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2024, com mandato unificado de 02 (dois) anos, isto é, até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976 referentes ao exercício social de 2025.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e de executivos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. No primeiro semestre de 2024, o Comitê realizou 02 (duas) sessões ordinárias e 07 (sete) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, contabilidade, tesouraria, auditoria interna, auditores independentes, além de diretores e executivos de diversas áreas da Companhia.

Importante destacar que em todas as reuniões os membros do Comitê se reuniram com o líder da auditoria interna e trimestralmente com os auditores independentes.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, anualmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê, o plano de trabalho da auditoria interna, os resultados dos trabalhos de auditoria, suas principais conclusões, recomendações e providências tomadas pela Administração e uma visão abrangente sobre as denúncias registradas no Canal de Ética.

Dentre as atividades realizadas durante o 1º semestre de 2024, cabe destacar a abordagem a respeito dos seguintes temas: (a) contratação de auditoria independente para prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e semestrais e emissão dos respectivos relatórios, da revisão das informações contábeis intermediárias e da revisão eletrônica da escrituração Contábil Fiscal - ECF, para a Companhia e suas controladas, Servinet Serviços Ltda. ("Servinet") e Stelo S.A. ("Stelo"), no exercício de 2024; (b) acompanhamento do processo e recomendação das Demonstrações Contábeis anuais e semestrais da Companhia, bem como das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; (c) status da implementação/execução dos planos de ações decorrentes dos apontamentos constantes nas cartas de controles internos ("CCI"), emitidas pelos Auditores Independentes, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023; (d) acompanhamento dos ofícios e comunicações de órgãos



reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; (e) recomendação do plano de trabalho anual da auditoria interna para o exercício de 2024 e os respectivos ajustes realizados ao referido plano durante o 1º semestre de 2024, bem como aprovação do relatório anual da auditoria interna 2023; (f) análise e discussão dos resultados dos principais trabalhos realizados pela auditoria interna; (g) acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Ética; (h) recomendação das propostas de ajustes às políticas Institucionais da Companhia; (i) acompanhamento dos principais incidentes ocorridos e tentativas de ataques de *cyber security*; (j) acompanhamento das contingências e provisões judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias; e (k) acompanhamento do relatório de avaliação de efetividade dos processos e controles da Companhia, conforme disposto na Circular n° 3.978/20 do Bacen, bem como o acompanhamento das ações declaradas no relatório.

2. Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao 1º semestre de 2024

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das (i) demonstrações contábeis individuais e consolidadas (COSIF) e consolidadas (IFRS), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes ("Demonstrações Contábeis Semestrais"); e (ii) demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas (COSIF) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024 e consolidadas (IFRS), referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2024 (ITR), acompanhadas dos Relatórios sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR dos Auditores Independentes ("Demonstrações Contábeis Intermediárias") e, tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela auditoria independente, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o 1º semestre de 2024, recomendam, por unanimidade, a aprovação das Demonstrações Contábeis Semestrais e Demonstrações Contábeis Intermediárias pelo Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 24 de julho de 2024.

Aldo Luiz Mendes Coordenador do Comitê de Auditoria

Ângela Beatriz de Assis Membro do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Henrique Andolhe Membro do Comitê de Auditoria